

Exercícios Polícia Civil - Delegado

Período 2010 – 2018.

 /concursos

Sumário

Direito Civil.....	3
Parte Geral	3
Do Negócio Jurídico	31
Direito Comercial (Empresarial).....	47
Teoria Geral.....	47
Sociedades	48
Direito Penal	50
Crimes contra a Pessoa	50
Crimes contra o Patrimônio	73
Gabarito	97

Direito Civil

Parte Geral

Questão 1: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Continuidade e Revogação das Leis (Art. 2º - continuidade, derrogação, ab-rogação, repristinação)

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- a) a revogação de lei por lei posterior, quando houver incompatibilidade entre elas, deve ser expressa.
- b) o Direito Brasileiro admite de forma ampla o fenômeno da repristinação.
- c) a lei, quando não se destinar à vigência temporária, terá vigor até que outra a modifique ou a revogue.
- d) salvo disposição em contrário, uma lei entra em vigor no país 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.
- e) a lei revogada se restaura na hipótese de a lei revogadora ter perdido a vigência.

Questão 2: MS CONCURSOS - Del Pol (PC PA)/PC PA/2012

Assunto: Continuidade e Revogação das Leis (Art. 2º - continuidade, derrogação, ab-rogação, repristinação)

Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – Contém normas de sobredireito aplicáveis a todos os ramos do direito, prevalecendo sobre aquilo que a legislação específica dispuser de forma diferente.
- II – Excepcionalmente, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- III – A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- IV – O efeito repristinatório só ocorre quando houver previsão expressa na lei nova.
- V – Para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil, além de outros requisitos previstos em lei, é necessário que tenha sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretas.

- b) Apenas os itens II e III estão corretas.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretas.
- d) Apenas os itens I, II e V estão corretas.
- e) Apenas os itens III e V estão corretas.

Questão 3: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Continuidade e Revogação das Leis (Art. 2º - continuidade, derrogação, ab-rogação, repristinação)

A Lei de Introdução ao Código Civil é legislação anexa ao Código Civil, autônoma e de caráter universal, que disciplina acerca do início, da vigência e da revogação da lei.

Analise as assertivas abaixo e marque a resposta correta.

I. De acordo com o disposto na LIC, a lei começa a vigorar no País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de publicada oficialmente, salvo se a lei dispuser, expressamente, que a sua vigência se dará a partir da sua publicação.

II. A revogação da lei só se dá por outra lei, da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

III. A norma especial revoga a norma geral, quando aquela disciplinar de forma diversa a mesma matéria, todavia, se a norma geral é compatível com a norma especial, há a coexistência de ambas.

IV. A LIC não permite que a lei revogada seja restaurada pela perda da vigência da lei revogadora.

Quais assertivas são corretas?

- a) I, II, III, e IV;
- b) I, II e III;
- c) I, III e IV;
- d) I, II e IV;
- e) I e IV.

Questão 4: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Continuidade e Revogação das Leis (Art. 2º - continuidade, derrogação, ab-rogação, repristinação)

Assinale a opção correta com relação a classificação, eficácia, conflito e interpretação da lei.

- a) Leis materiais destinam-se a regular os meios de realização dos direitos predefinidos ou de efetivação dos deveres impostos.
- b) A ab-rogação é a revogação parcial da lei.
- c) Segundo as teorias objetivistas, os contratos nascidos sob império da lei antiga permanecem a ela submetidos, mesmo quando seus efeitos se desenvolvam sob domínio da lei nova.
- d) Quanto aos elementos, a interpretação da lei pode ser autêntica, judicial e doutrinária.
- e) Segundo os postulados da escola exegética, a hermenêutica legislativa não deve consistir apenas na explicação da lei escrita, subordinando toda a técnica interpretativa à regra de que pode haver direito fora da lei, já que esta não é fonte exclusiva do direito, razão pela qual devem contribuir outros fatores extrínsecos.

Questão 5: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003

Assunto: Continuidade e Revogação das Leis (Art. 2º - continuidade, derrogação, ab-rogação, repristinação)

Uma das questões tratadas pela Lei de Introdução diz respeito às leis repristinadoras. Em relação à repristinação, podemos afirmar que:

- a) A repristinação só pode ser tácita.
- b) A repristinação pode ser tácita ou expressa.
- c) A repristinação jamais será tácita.
- d) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga e modifica a anterior.
- e) A repristinação pode ser parcial ou total.

Questão 6: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Obrigatoriedade, Aplicação, Interpretação e Integração das Leis (Art. 3º a 5º)

No que pertine à analogia, ao costume e aos princípios gerais do direito, marque a resposta correta.

- a) A LIC prevê no artigo 4º, que o juiz decidirá de acordo com a analogia, quando a lei for omissa e, sendo a LIC aplicável a todos os ramos do direito, também no Direito Penal, poderá o juiz aplicar a analogia na omissão da lei.

- b) Analogia legal significa aplicar-se uma norma existente a um caso idêntico, e analogia jurídica significa solucionar o caso aplicando-se vários diplomas legais ou uma pluralidade de normas.
- c) O costume pode ser aplicado pelo juiz, quando da omissão da norma legal, antes mesmo da aplicação da analogia.
- d) O juiz, diante da omissão da lei, aplica o costume, ainda que seja aquele que se opõe à lei.
- e) Os princípios gerais de direito, para serem aplicados pelo juiz, diante da omissão da lei, devem estar explícitos no sistema jurídico civil.

Questão 7: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Eficácia das leis no espaço (Art. 7º a 19 - normas de direito internacional privado)

Assinale a resposta correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- a) A escusa ao cumprimento da lei exige a demonstração de seu desconhecimento.
- b) As obrigações são regidas pela lei do país em que constituídas.
- c) Perdendo a lei revogadora sua vigência, não se admite a previsão legal de reprivatização da lei revogada.
- d) As regras sobre a capacidade e o direito de família são regidas pela lei do país onde nascida a pessoa.
- e) Na omissão da lei, deve o juiz recorrer a livre discricionariedade.

Questão 8: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013

Assunto: Eficácia das leis no espaço (Art. 7º a 19 - normas de direito internacional privado)

O artigo 7º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB estabelece regras para o instituto do casamento, e na dissolução no que se refere, especificamente, ao domicílio. Essas regras dispõem o seguinte:

- a) tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- b) o casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- c) é a lei do último domicílio conjugal que será aplicada no caso de questionamentos quanto ao regime de bens.

d) brasileiros divorciados no estrangeiro terão seu divórcio reconhecido no Brasil após 1 (um) ano do pedido de homologação feito ao Superior Tribunal de Justiça.

Questão 9: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Amanda tem 15 anos de idade. Mateus, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.

De acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera(m)-se absolutamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

- a) Amanda e Mateus.
- b) Amanda.
- c) Mateus e Tício.
- d) Mateus.

Questão 10: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

No que se refere à pessoa natural, é correto afirmar que

a) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Não obstante a regra da responsabilidade solidária entre os pais, emanada do inciso I, do artigo 932 do Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a mãe que, à época do acidente provocado por seu filho menor de idade, residia permanentemente em local distinto daquele no qual morava o menor - sobre quem apenas o pai exercia autoridade de fato -, não pode ser responsabilizada pela reparação civil advinda do ato ilícito, mesmo considerando que ela não deixou de deter o poder familiar sobre o filho.

b) o artigo 2º do Código Civil disciplina a tutela jurídica do nascituro. Por consenso da doutrina jurídica, citado dispositivo legal, é perfeitamente aplicável ao embrião.

c) são absolutamente incapazes de exercerem pessoalmente os atos da vida civil aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade. Nessa hipótese legal, a incapacidade opera-se automaticamente, sendo desnecessário o processo de interdição.

d) o Código Civil estabelece que a pessoa com deficiência não poderá testemunhar, salvo se assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.

e) o nascituro não tem direito a compensação por danos morais decorrentes da morte de seu genitor vítima de acidente de trabalho. Aliás, esse entendimento adotado pelo

Superior Tribunal de Justiça coincide com a teoria natalista, adotada pelo Código Civil e pelo ministro relator da ADI nº 3.510/DF [Lei da Biossegurança].

Questão 11: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Com base nas disposições do Código Civil, assinale a opção correta a respeito da capacidade civil.

- a) Os pródigos, outrora considerados relativamente incapazes, não possuem restrições à capacidade civil, de acordo com a atual redação do código em questão.
- b) Indivíduo que, por deficiência mental, tenha o discernimento reduzido é considerado relativamente incapaz.
- c) O indivíduo que não consegue exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.
- d) Indivíduos que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são considerados absolutamente incapazes.
- e) Somente os menores de dezesseis anos de idade são considerados absolutamente incapazes pela lei civil.

Questão 12: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Acerca da capacidade civil das Pessoas Naturais, como previsto na Lei Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A emancipação por concessão do pai, da pessoa menor de 18 anos e maior de 16, pode ocorrer desde que seja em decorrência de sentença judicial, caso em que se dispensa a oitiva da mãe.
- b) A emancipação por concessão do pai, faz cessar a menoridade, o que pode ocorrer mediante a lavratura de escritura pública, independentemente de homologação judicial.
- c) A emancipação da pessoa menor de 18 anos e maior de 16, que decorrente de orfandade foi posta sob tutela, dar-se-á mediante sentença judicial, com a necessária manifestação do tutor.
- d) A mulher solteira, viúva ou divorciada, que deixou de conviver com o pai de seu filho menor, poderá promover sua emancipação, desde que este esteja registrado em nome dos dois, mediante instrumento público a ser homologado judicialmente.
- e) Quem tem ao menos 16 anos e se mantém por economia própria, em decorrência de relação de emprego, pode requerer judicialmente sua emancipação, com a prova de sua alegação.

Questão 13: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Após um acidente automobilístico, um jovem de 14 (quatorze) anos, filho único, perdeu seus pais que eram empresários do ramo de tecelagem em uma cidade do estado de Goiás. Segundo o artigo 3º do Código Civil, os menores de 16 (dezesesseis) anos são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil. O jovem, nesse caso, poderá

- a) por meio de representante continuar a empresa antes exercida por seus pais, haja vista a exceção estabelecida no direito de empresa.
- b) responder civilmente pela empresa, mesmo sem representação ou assistência, por força da função social da empresa.
- c) exercer a atividade de empresário, pois está em pleno gozo da capacidade civil e não está legalmente impedido.
- d) requerer autorização judicial para continuar exercendo a atividade empresarial dos pais, sem intervenção dos representantes.

Questão 14: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

- a) O preso não tem domicílio necessário.
- b) A personalidade civil da pessoa começa desde a concepção.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

Questão 15: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Em sede de Delegacia de Polícia, assunto de extrema importância é o de capacidade civil das pessoas naturais. Sobre o assunto, é correto afirmar que:

- a) Os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil.

- b) Os pródigos, assim como os viciados em tóxicos, são absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) Os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes, para exercer pessoalmente os atos da vida civil. Aqueles que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade, são considerados incapazes relativamente.
- d) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los.
- e) Os tutelados são absolutamente capazes.

Questão 16: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Assinale a alternativa correta.

- a) A menoridade civil cessará para os menores apenas ao completar 18 anos e ainda no caso da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público.
- b) São pessoas jurídicas de direito privado, as fundações, as sociedades, as autarquias e as associações.
- c) No caso de homicídio doloso, cujo réu confessou a prática delitiva, a declaração civil da morte presumida da vítima face à não localização do corpo, materializa o delito suscitado.
- d) Entende-se por comoriência, quando duas ou mais pessoas vêm a óbito na mesma ocasião, não se podendo definir quem faleceu primeiro, presumindo-se então a morte simultânea para os efeitos civis. Artigo 8º do C.C.
- e) A personalidade civil da pessoa começa desde sua concepção.

Questão 17: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Em tema de morte presumida, é CORRETO afirmar:

- a) Sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida.
- b) Somente pode ser declarada a morte presumida após decorridos dois anos da decretação da ausência.
- c) Se a pessoa estava em perigo de vida, a morte presumida pode ser declarada após um ano da decretação da ausência.
- d) Pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.

Questão 18: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

A Emancipação é a cessação da incapacidade. Da Emancipação podemos dizer ainda que:

- a) Toda Emancipação é revogável.
- b) A Emancipação parental é dada, na ausência dos pais, pelos parentes mais próximos do incapaz (avós, irmãos, tios).
- c) A Emancipação tutelar é a concedida pelo tutor.
- d) A Emancipação legal deverá ser requerida ao juiz.
- e) Pode ser parental, judicial e legal.

Questão 19: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Considerando a capacidade de fato, assinale a afirmativa correta.

- a) O menor de 16 anos só poderá casar se contar com a autorização expressa de ambos os pais.
- b) A posse em emprego público efetivo faz cessar a incapacidade absoluta.
- c) Os absolutamente incapazes não são titulares de direitos inerentes à personalidade, passando a sê-lo apenas quando se tornam relativamente incapazes.
- d) A cessação da incapacidade civil relativa e a da inimputabilidade penal se reconhecem na mesma idade de dezoito anos.
- e) Os pródigos, quando reconhecidos como incapazes, não o são para todos os atos da vida civil.

Questão 20: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o espólio possui legitimidade para buscar a reparação por danos morais decorrentes da ofensa post mortem à imagem e à memória da pessoa.
- b) A disposição do próprio corpo por exigência médica, na forma do artigo 13 do Código Civil, não inclui cirurgias de transgenitalização, alteração do prenome e do sexo no Registro Civil.
- c) No que tange à disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa juridicamente capaz tem

validade condicionada à vontade dos familiares, posto que estes podem revogar a doação feita em vida pelo falecido [doador], se com ela não consentirem ou não concordarem, a qualquer momento antes de sua concretização.

d) O Supremo Tribunal Federal reconhece ser inexigível o consentimento da pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas).

e) A regra prevista no artigo 15 do Código Civil, de que "Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica", não comporta exceção, tendo em vista preponderar a autonomia do paciente em qualquer hipótese.

Questão 21: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013

Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Figura como um direito da personalidade a impossibilidade de constranger alguém a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica (artigo 15 do Código Civil). Esse artigo faz referência a qual tipo de temática?

a) Possibilidade judicial de submeter um paciente com risco de vida, integrante das "Testemunhas de Jeová", à transfusão de sangue.

b) Aborto necessário, uma vez que não há outro meio de salvar a vida da gestante.

c) Aborto, precedido de consentimento da gestante, no caso de gravidez resultante de estupro.

d) Ao dever de informar do médico responsável sobre a escolha de tratamento médico ou cirúrgico que imponha risco de vida ao paciente.

Questão 22: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

No que tange à disciplina dos direitos da personalidade no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

b) Pode a pessoa ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.

c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

d) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a

exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

Questão 23: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Segundo o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- a) transmissíveis e Irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- c) intransmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) transmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- e) intransmissíveis e Irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Questão 24: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003

Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

O novo Código Civil preceitua no seu art. 12, que “se pode exigir que cesse a ameaça ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.

Em caso de morte, tem legitimação para requerer a medida prevista no artigo citado

- a) o cônjuge sobrevivente e os demais descendentes.
- b) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até o terceiro grau.
- c) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até quarto grau.
- d) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e o colateral em segundo grau.

Questão 25: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Da ausência das pessoas naturais (arts. 22 a 39)

Com relação às Pessoas Naturais, consoante disposto na Parte Geral do Código Civil vigente, considere as afirmativas a seguir.

I. São objetos de registro público e versam sobre os fatos e atos da pessoa natural: o nascimento; os casamentos; o óbito; eventualmente a emancipação; a interdição e sua eventual baixa; bem como a possível sentença declaratória de ausência ou morte presumida.

II. Os atos que são objeto de averbação em registro público restringem-se ao casamento, às sentenças que decretarem a nulidade ou a anulação deste, ao divórcio, à emancipação que restrinja de forma relativa ou absoluta a capacidade para os atos da vida civil e os que reconhecerem a filiação.

III. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer herdeiro, declarará a morte presumida e determinará que se abra a sucessão provisória.

IV. Se o ausente regressar nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, este haverá só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Questão 26: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2009

Assunto: Da ausência das pessoas naturais (arts. 22 a 39)

Sobre o instituto da ausência, previsto no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O ausente é considerado incapaz pela lei civil.
- b) O cônjuge do ausente, desde que não separado judicialmente ou de fato por mais de dois anos antes da declaração de ausência, será, preferencialmente, o seu legítimo curador.
- c) O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a declaração de ausência.
- d) A sucessão provisória será aberta após cinco anos da decisão de declaração de ausência.

e) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva.

Questão 27: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

Assinale V para as proposições Verdadeiras e F para as Falsas, referente às pessoas jurídicas:

- () As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- () São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas.
- () São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros que fazem divisa com o Brasil e todas as pessoas que forem regidas pelo direito sul-americano.
- () As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- () São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações. IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.

- a) V - F - V - F - V.
- b) V - F - F - V - V.
- c) F - F - V - V - V.
- d) V - V - F - V - V.
- e) V - V - F - V - F.

Questão 28: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com

- a) a lavratura do ato constitutivo.
- b) a autorização ou aprovação de funcionamento pelo Poder Executivo.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- d) a subscrição da totalidade do capital social.

e) a aprovação do ato constitutivo pela assembléia geral.

Questão 29: CESPE - Del Pol (PC RN)/PC RN/2009

Assunto: Das Associações (arts. 53 a 61)

Considerando que determinado grupo de pessoas constitua uma associação, assinale a opção correta.

- a) Entre os associados, haverá direitos e obrigações recíprocos.
- b) O estatuto da associação poderá instituir categorias de associados com vantagens especiais.
- c) A exclusão de associado será inadmissível, pois associação não pode excluir associado.
- d) O estatuto da associação não poderá dispor sobre a transmissibilidade da qualidade de associado.
- e) A associação desse grupo de pessoas deverá ter fim estritamente econômico.

Questão 30: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Das Fundações (arts. 62 a 69)

Considerando a personalidade jurídica, pode-se afirmar que

- a) o registro das pessoas jurídicas determina, em qualquer caso, o início da sua personalidade Judicial.
- b) as sociedades e as associações distinguem-se, dentre outros critérios, pelo caráter filantrópico da segunda.
- c) a pessoa natural, desde a sua concepção, tem sua personalidade reconhecida por lei
- d) as fundações poderão ser instituídas por escritura pública ou por testamentos.
- e) ela decorre do registro especial do cartório de Registros específico, em se tratando de órgãos estatais tais como ministérios, secretarias de Estado e autarquias.

Questão 31: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Das Fundações (arts. 62 a 69)

À exceção das fundações de previdência privada, por força da Lei 6.435/1977, pode-se afirmar que a curador a das fundações em geral cabe e

- a) unicamente ao Ministério Público Federal.
- b) unicamente ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sua sede, mesmo que atuantes em mais de um Estado.

- c) ao Ministério Público Federal, quando atuantes no Distrito Federal, e ao Ministério Público Estadual, nos respectivos Estados em que atuem.
- d) ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sede e, se atuantes em mais de um Estado, ao Ministério Público respectivo de cada Estado.
- e) ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sede e, se atuantes em mais de um Estado, ao Ministério Público Federal nos demais Estados.

Questão 32: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Desconsideração da pessoa jurídica

O Delegado de Polícia, durante as investigações de um crime de defraudações concluiu que um dos proprietários de uma empresa estava desviando capital e bens em proveito próprio e com isso deixando de arcar com seus compromissos para com os credores. Sobre esse assunto e de acordo o artigo 50 da lei 10.406/02 (Código Civil), a desconsideração da personalidade jurídica introduzida no direito positivo pelo Código do Consumidor implica:

- a) Na extinção de uma pessoa jurídica.
- b) Na negação do princípio de que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.
- c) Na fusão de duas pessoas jurídicas.
- d) Implica o fato de não ser considerada regularmente instituída pelas normas vigentes.
- e) Na dissolução de uma pessoa jurídica, deliberada entre seus membros, salvo direito da minoria e de terceiros.

Questão 33: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003

Assunto: Desconsideração da pessoa jurídica

Diz o art. 50 do novo Código Civil que “em caso de abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento de parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Na aplicação dessa teoria, o juiz observará:

- a) O abuso de personalidade jurídica deve ser examinado sob o prisma da boa-fé subjetiva.
- b) O juiz deverá sempre indagar com maior profundidade sobre a existência de dolo e culpa.
- c) Desconsideração da pessoa jurídica e responsabilidade civil dos dirigentes societários equivalem-se.

d) A desconsideração da pessoa jurídica é aplicação do princípio de equidade trazido modernamente pela lei.

Questão 34: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003

Assunto: Desconsideração da pessoa jurídica

A teoria intitulada *ultra vires societatis* diz respeito à

- a) desconsideração da pessoa jurídica.
- b) responsabilização civil dos dirigentes da pessoa jurídica.
- c) proibição a que os dirigentes usem a razão social para prestarem garantia fidejussória.
- d) limitação de prática de atos jurídicos sob pena de os dirigentes responderem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Questão 35: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Questões Mescladas de Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 78)

Com relação ao que dispõe o Código Civil acerca das Pessoas Jurídicas, considere as afirmativas a seguir.

I. São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

II. A exclusão do associado só é admissível se for verificada uma justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos em seu estatuto.

III. As associações são constituídas mediante ato formal e por escritura pública pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. O ato constitutivo determina aos associados direitos e obrigações recíprocas.

IV. A criação de uma fundação depende de um conjunto de fatores, a saber: união de pessoas sem fins lucrativos, existência de patrimônio que dê suporte para suas ações e um instrumento particular, subscrito e elaborado pelo advogado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Questão 36: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Assunto: Questões Mescladas de Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 78)

Sobre pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- a) os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada não são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) é vedado ao Poder Público negar reconhecimento ou registro dos atos constitutivos das organizações religiosas, sendo permitido, porém, determinar as formas de organização, estruturação interna e funcionamento.
- c) a qualidade de associado é intransmissível, não podendo o estatuto dispor de forma contrária.
- d) após a constituição de uma fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor tem a faculdade de não transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados.
- e) os atos dos administradores, exercidos nos limites dos poderes determinados nos atos constitutivos, obrigam a pessoa jurídica.

Questão 37: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Considere as seguintes afirmativas a respeito do domicílio da pessoa natural:

- I. Tem como regra geral o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- II. Considera-se também como domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- III. Se houver exercício da profissão em lugares diversos, o local da contratação constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- IV. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.

- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.

Questão 38: CESPE - Del Pol (PC RN)/PC RN/2009

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Acerca de domicílio, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

- a) Na hipótese de João e Pedro celebrarem contrato escrito, eles poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações dele resultante.
- b) O domicílio necessário do preso é o lugar em que for preso.
- c) Se determinada pessoa for servidora pública, ela não terá domicílio necessário.
- d) Quando determinada pessoa tiver diversas residências, ela não terá domicílio.
- e) Residência é o local onde a pessoa vive com ânimo definitivo.

Questão 39: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2009

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Com relação às regras sobre o domicílio, previstas no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a pessoa natural só pode ter um domicílio, não sendo admitida a sua pluralidade.
- b) o local onde a pessoa exerce as suas relações profissionais não pode ser considerado domicílio.
- c) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) o domicílio da união, para fins legais, será a sede de qualquer governo estadual ou municipal.
- e) somente o incapaz e o preso têm domicílio necessário.

Questão 40: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Acerca do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, marque a resposta correta.

- a) A pessoa natural tem como seu domicílio civil aquele local em que habita esporadicamente.
- b) A pessoa natural pode ter mais de um domicílio civil, desde que tenha mais de uma residência onde alternadamente viva.

- c) A pessoa natural que exerce atividade profissional em local diverso da sua residência com ânimo definitivo, não tem lá domicílio profissional.
- d) A pessoa jurídica de direito privado que tem filiais em lugares diferentes tem seu domicílio considerado apenas no local escolhido pelo seu estatuto ou atos constitutivos.
- e) A pessoa jurídica de direito público tem seu domicílio no lugar da residência da pessoa natural que a representa.

Questão 41: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Acerca de domicílio, residência, bens e fatos jurídicos, assinale a opção correta.

- a) O domicílio do tutelado é necessário e é do seu representante ou assistente legal.
- b) No contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel, é lícito se inserir cláusula instituidora de foro de eleição diverso daquele da situação do imóvel objeto da promessa de alienação.
- c) A coisa perdida pode ser lícitamente apropriada pela primeira pessoa que a encontrar.
- d) Os bens reciprocamente considerados são classificados como públicos, privados, disponíveis e indisponíveis.
- e) Os fatos jurídicos naturais resultam da atuação humana positiva ou negativa, comissiva ou omissiva, de modo a influenciarem nas relações de direito, variando as consequências em razão da qualidade da conduta e da intensidade da vontade.

Questão 42: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Segundo o artigo 76 do Código Civil, têm domicílio necessário:

- a) O incapaz, o servidor público, o policial, o aeronauta e o preso.
- b) O relativamente incapaz, o servidor público, o militar, o aeronauta e o preso.
- c) O curatelado, o servidor público, o militar, o aeronauta e o segregado.
- d) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- e) O incapaz, o servidor público, o policial, o aeronauta, o preso, relativamente incapaz.

Questão 43: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Delegado de Polícia que no trâmite de suas investigações policiais se vê na necessidade de intimar pessoa presa. Sobre esse assunto, o preso terá por domicílio necessário:

- a) O lugar em que cumprir a sentença.
- b) O lugar onde seus familiares possam ser encontrados.
- c) O lugar onde estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- d) A sede do Juízo de Execução Penal.
- e) O lugar onde por último exerceu sua profissão, antes de ser preso.

Questão 44: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O Delegado de Polícia que possui duas residências tem por domicílio seu qualquer uma delas.
- b) O Delegado de Polícia tem por domicílio necessário o lugar em que exerce suas funções em caráter permanente.
- c) O Delegado de Polícia que não possuir residência habitual, terá como domicílio o lugar em que for encontrado.
- d) O Delegado de Polícia que possui duas residências terá por domicílio uma das residências que indicar.
- e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Questão 45: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Analisar as afirmativas abaixo e assinale a correta.

- a) O domicílio da pessoa jurídica é sempre o lugar indicado como o da sua sede no ato constitutivo.
- b) A pessoa natural, que viva em diversos locais de residência habitual, terá considerado como seu domicílio o lugar onde se encontre.
- c) A sociedade comercial, independente do lugar onde realize negócios, terá por domicílio o lugar indicado no ato constitutivo da sociedade como o de sua sede.
- d) O domicílio convencional poderá ser estabelecido pelas partes, contratualmente, especificando-se onde se exercem ou se cumprem as obrigações contratadas.
- e) O domicílio dos militares da ativa é o lugar onde servem atualmente e o dos militares da reserva é o último lugar em que serviram na ativa.

Questão 46: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998**Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)**

Comprovadamente, em função de sua atividade empresarial, determinado cidadão possui residências nas cidades de Porto Alegre e Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Ele é proprietário de uma loja de eletrodomésticos com sede em Porto Alegre e uma filial em Santa Maria. Em consequência de haver emitido, em Santa Maria, um cheque para pagamento de uma conta pessoal, sem a suficiente provisão de fundos, foi citado judicialmente em uma ação de cobrança na Comarca de Santa Maria. Em sua defesa, preliminarmente, alega a nulidade da citação, sob o fundamento de que mantém residência com sua família em Porto Alegre e que a residência que mantém em Santa Maria, embora em caráter permanente, existe apenas por necessidade de sua atividade profissional, ali encontra-se domiciliado e, portanto, ali deveria ser citado.

Considerando os fatos acima descritos, e sob o enfoque apenas do domicílio do réu, é correto afirmar que a sua alegação

- a) é procedente, eis que, pelo fato de ele ser comerciante, deverá sempre ser demandado na comarca da sede da sua empresa.
- b) é correta, pois o ordenamento jurídico brasileiro considera domicílio o local em que o cidadão reside com sua família.
- c) não tem procedência, eis que o sistema jurídico brasileiro, em especial a lei civil, admite a pluralidade de domicílios, podendo a pessoa ser demandada em qualquer lugar de ocupação habitual.
- d) é improcedente, porque no sistema jurídico brasileiro não é o local de residência da família que determina o domicílio do réu.
- e) é improcedente, pelo fato de o cheque haver sido emitido em Santa Maria.

Questão 47: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

O regime jurídico dos bens é dividido em três grandes modalidades, os bens considerados em si mesmos, os bens reciprocamente considerados e os bens públicos. Cada uma dessas modalidades é subdividida. De qual modalidade cada um dos tipos de bens a seguir fazem parte, respectivamente, considerando a seguinte ordem: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados e bens públicos?

- a) Bens de uso comum do povo, bens de uso especial e benfeitoria.
- b) Bens fungíveis, pertenças e bens dominicais.
- c) Bens imóveis, bens móveis e pertenças.
- d) Bens consumíveis, bens imóveis e bens de uso comum do povo.

Questão 48: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

Quanto à classificação dos bens apresentada pelo Código Civil, marque a resposta correta.

- a) São considerados como bens imóveis o solo, as edificações, ainda que separadas do solo por sua remoção, para outro local, e os materiais decorrentes da demolição, desde que reempregados em algum prédio.
- b) Os acréscimos sofridos pelo bem, sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, são considerados benfeitorias.
- c) Bens naturalmente divisíveis só se tornam indivisíveis por vontade das partes, pois a lei não pode determinar a sua indivisibilidade.
- d) Acessório é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; principal, aquele cuja existência pressupõe o acessório;
- e) As pertenças encontram-se no rol dos bens acessórios e sempre seguem o bem principal, sendo inválida qualquer estipulação de vontade em contrário.

Questão 49: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

O Código Civil Brasileiro estabelece um regime jurídico específico para tratar dos bens. Por outro lado, os tratados de direito civil, ao tratar dos bens reciprocamente considerados, classificam-nos quanto à dependência em relação a outro bem. Segundo este regime e esta orientação teórica, é CORRETO afirmar:

- a) em razão da relação de pertinencialidade, o negócio jurídico referente ao bem principal abrange obrigatoriamente a pertença.
- b) as pertenças são partes integrantes de um bem principal, seguindo a regra geral de que o acessório segue o principal.
- c) a relação de pertinencialidade surge de negócio jurídico e se estabelece entre bens e entre direitos.
- d) a relação de pertinencialidade entre os bens é econômica e submete a coisa a serviço de outra.

Questão 50: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

Consoante o Art. 83 do Código Civil, consideram-se móveis para os efeitos legais:

- I - as energias que tenham valor econômico. ()

II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes. ()

III - os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. ()

IV - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações. ()

V – os imóveis rurais. ()

Assinale a alternativa correta:

- a) os itens III e V são falsos.
- b) apenas o item III é falso.
- c) os itens I e III são falsos.
- d) apenas o item V é falso.
- e) apenas o item II é falso.

Questão 51: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto abaixo:

Segundo o Art. 93 do Código Civil, são _____ os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

- a) treliças.
- b) pertenças.
- c) parecenças.
- d) cedências.
- e) tenças.

Questão 52: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

A Autoridade Policial que se vê na atribuição de tipificar uma ocorrência apresentada durante o plantão, identifica-a como sendo crime de dano, no entanto deve considerar “a priori” se trata ou não de crime contra o patrimônio público que qualifica aquele delito. Para tanto deve ter conhecimento inequívoco acerca da distinção entre os bens elencados na legislação civil.

Considerando a afirmação acima e ainda a correta definição dos Bens prevista no Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Consideram-se bens móveis, os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e aqueles considerados públicos, se danificados dolosamente tipificam aquela qualificadora.
- b) Consideram-se bens públicos de uso especial os prédios locados, que se destinam a estabelecer órgão públicos e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- c) As praças e ruas são consideradas bens públicos de uso comum do povo e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- d) Os materiais empregados para a construção de uma escola municipal enquanto não forem empregados, são considerados bens imóveis e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.
- e) São classificados com bens públicos os dominicais que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades e qualquer dano, desde que doloso tipifica aquela qualificadora.

Questão 53: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Não perdem o caráter de bens imóveis

- a) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- b) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- c) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) as energias que tenham valor econômico.
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem,

Questão 54: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Com referência à natureza de pertença, marque a alternativa correta.

- a) As pertenças não são partes integrantes dos bens, mas servem ao seu fim econômico.
- b) As pertenças entram na categoria das benfeitorias úteis.
- c) As pertenças são atributo exclusivo dos bens privados.
- d) Os bens públicos não têm pertenças.
- e) Os bens móveis não têm pertenças.

Questão 55: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

Os bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, podem ser classificados como

- a) pertença.
- b) acessório.
- c) imóvel por acessão intelectual.
- d) imóvel por acessão física.

Questão 56: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

Certo fazendeiro vendeu 50 vacas para serem entregues em 30 dias. Antes da tradição, 30 delas deram crias.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As crias pertencem ao vendedor, pois equivalem a acessório da coisa principal.
- b) As crias são do vendedor, que poderá exigir aumento do preço para entregá-las ao comprador, e se este não anuir, poderá resolver a obrigação.
- c) O vendedor não pode exigir aumento, pois não empregou trabalho e esforço, mas resultou de acréscimo da natureza
- d) Nesse caso, omissa o contrato sobre a apropriação das crias, devem-se aplicar os costumes locais.

Questão 57: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003**Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)**

Os navios e os aviões devem ser registrados em órgão próprio e, podem ser hipotecados. Sabendo-se que, em nosso sistema jurídico, o registro e a hipoteca são institutos típicos de bens imóveis, os navios e os aviões podem ser classificados como:

- a) Bens móveis por antecipação.
- b) Bens imóveis por força da lei.
- c) Bens imóveis para fins de remoção.
- d) Bens móveis por natureza.

e) Bens imóveis por acessão intelectual.

Questão 58: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Determinado cidadão adquire em uma loja de arte um quadro pintado por um artista de renome internacional. Paga pela obra adquirida, e a loja assume o compromisso de entregá-la na residência do comprador. Em consequência de um engano cometido por um funcionário da loja, o quadro é vendido e prontamente entregue a outra pessoa. Para reparar o erro, o dono da loja manda entregar ao primeiro comprador outro quadro, do mesmo artista, inclusive de valor superior ao originalmente adquirido. O comprador não aceita a obra que lhe foi enviada, ao tempo em que move ação judicial, buscando a devolução do que havia pago, eis que a loja recusa-se a receber a obra que mandou entregar, além de negar-se a devolver a quantia paga pelo comprador.

Considerando-se os fatos narrados e analisando-se o caso sob o prisma da classe dos bens em questão, pode-se afirmar que a ação será julgada

- a) procedente, pelo fato de o bem adquirido pelo autor ser classificado como infungível.
- b) improcedente, pelo fato de o bem adquirido pelo autor ser classificado como fungível.
- c) improcedente, uma vez que o bem, por ser móvel, é suscetível de substituição por um semelhante.
- d) procedente, pois o quadro, ao ser colocado na parede do imóvel onde permanecerá, automaticamente passará à categoria de imóvel, não podendo ser substituído por outro, mesmo que de maior valor.
- e) improcedente, pelo fato de o quadro oferecido em substituição, ser de maior valor, não podendo o comprador recusar-se a aceitá-lo.

Questão 59: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

"A" empresta para "B" a quantia de R\$1.000,00 (mil reais), sob a condição de ser-lhe devolvida dentro de um mês, acrescida dos juros de 10%. Firmam contrato escrito para formalizar o negócio jurídico. Passado o prazo estabelecido, não é efetuado o pagamento, tanto da parcela referente ao capital emprestado como da parcela referente aos juros estabelecidos no mútuo. Por razões que não interessam ao caso em tela, a dívida vem a prescrever. Algum tempo depois de operada a prescrição, reconhece o credor a perda do capital, exigindo, entretanto, o pagamento da parcela referente aos juros vencidos e impagos, sob a alegação de que os mesmos não haviam sofrido os efeitos corrosivos da prescrição. Através de ação própria, a questão é submetida ao Judiciário, que

- a) decidirá favoravelmente ao devedor, sob o fundamento de que se trata de caso de decadência e não de prescrição.

b) decidirá favoravelmente à pretensão do credor, pois, no ordenamento iurídico brasileiro, inclusive com aceitação plena nos Pretórios nacionais, tem-se como pacífico o entendimento de que a parcela relativa a juros não prescreve.

c) acolherá o pedido do credor, pois a parcela dos juros, após operada a prescrição, transmuda-se em bem principal, podendo ser exigida a qualquer tempo.

d) decidirá contrariamente à pretensão do credor, eis que, por ser um bem acessório do capital, o juro acompanha o destino daquele, bem principal, inclusive no que respeita aos efeitos da prescrição.

e) decidira favoravelmente ao credor, condenando o devedor a pagar não apenas os juros, mas também o principal.

Questão 60: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Bens públicos (arts. 98 a 103)

Sobre as diferentes classes de bens previstas no Código Civil, considere as afirmativas a seguir.

I. São bens imóveis os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram, a sucessão aberta e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

II. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Esses bens podem ser objeto de relações jurídicas próprias.

III. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou mediante retribuição, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

IV. Os bens públicos dominicais são insuscetíveis de cessão, doação, constituição de garantia e alienação. Por serem essenciais ao serviço público, seu uso por particular deve ser temporário e mediante remuneração.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Questão 61: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Bens públicos (arts. 98 a 103)

Marque a resposta correta acerca dos bens públicos.

- a) Os bens dominicais são considerados públicos, desde que constituam o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- b) As praças, bens públicos de uso comum do povo, jamais perdem esta característica.
- c) Os bens públicos podem ser usucapidos.
- d) Os bens públicos podem ser usados por particulares, mas sempre de forma gratuita.
- e) Na categoria de bens públicos de uso especial encontram-se os mares e os rios.

Questão 62: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002**Assunto: Bens públicos (arts. 98 a 103)**

Sobre os bens públicos, é correto afirmar que

- a) eles integram o patrimônio dos órgãos da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e empresas públicas.
- b) eles poderão deixar de ser considerados inalienáveis, desde que assim seja expressamente previsto em lei.
- c) sua utilização não depende de prévia retribuição por parte do usuário.
- d) não se consideram bens públicos as terras devolutas, porquanto essas são passíveis de ser adquiridas através de sua mera posse por particulares.
- e) se consideram bens públicos os bens integrantes de fundação, ainda que ela seja constituída sob o regime de direito privado.

Questão 63: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998**Assunto: Bens públicos (arts. 98 a 103)**

São bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, respectivamente:

- a) qualquer lago; qualquer cascata; qualquer mina de ouro.
- b) um rio; uma praia particular; uma agência de um banco estadual.
- c) o saguão do prédio da agência central dos Correios e Telégrafos; uma praça, como o Parque da Redenção, em Porto Alegre; um prédio, como a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.
- d) a área de atendimento ao público em uma delegacia de polícia; o prédio de uma delegacia de polícia, mesmo que alugado de um particular; uma igreja destinada a cultos dominicais.

e) uma praia; o prédio de propriedade de uma autarquia onde se localizam os seus escritórios; uma loja comercial excutida em execução fiscal e destinada a alienação.

Do Negócio Jurídico

Questão 64: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

Considere as assertivas abaixo, acerca do negócio jurídico e marque a resposta correta.

- I. A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- II. Forma especial para a declaração de vontade no negócio jurídico só será exigível se a lei assim dispuser.
- III. A boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico serão usados para a sua interpretação.
- IV. Por negócio jurídico entende-se a manifestação de vontade humana, destinada a produzir efeitos desejados pelo manifestante e que o ordenamento jurídico reconhece.

Quais assertivas são corretas?

- a) e II;
- b) II e III;
- c) I e III;
- d) I e IV;
- e) I, II, III e IV.

Questão 65: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

Marque a alternativa correta em relação à diferença entre negócios Jurídicos e atos jurídicos.

- a) Nos negócios jurídicos, os efeitos são estabelecidos de antemão pelo legislador, enquanto, nos atos jurídicos *stricto sensu*, eles dependem exclusivamente da vontade dos declarantes.

- b) Nos atos jurídicos *stricto sensu* não há necessidade de ser perquirida a capacidade do agente, enquanto, nos negócios jurídicos, a sua falta é causa de anulação do negócio.
- c) Os negócios jurídicos são sempre bilaterais e seus efeitos são invariáveis, enquanto os atos *stricto sensu* são sempre unilaterais e seus efeitos são variáveis.
- d) Os negócios jurídicos têm seus efeitos determinados pelas partes, desde que dentro dos limites legais, enquanto, nos atos jurídicos *stricto sensu*, os efeitos são *ex lege*.
- e) Não há uma diferença essencial entre negócios e atos jurídicos, podendo alguns atos *stricto sensu* serem considerados verdadeiros negócios.

Questão 66: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

A respeito dos atos jurídicos, é correto afirmar que

- a) os atos realizados pelos relativamente incapazes são nulos de pleno direito se o foram sem a intervenção do seu representante ou assistente.
- b) o ato deverá ser considerado igualmente nulo, ainda que possa ser comprovado por outro meio, se declarado nulo o Instrumento pelo qual se praticou tal ato.
- c) a incapacidade relativa pode ser alegada pelo próprio incapaz para invalidar negócio jurídico que tenha celebrado, ainda que, por ato próprio, tenha ocultado intencionalmente a sua idade de outro co-contratante
- d) os negócios jurídicos celebrados mediante tabelião oficial reputam presunção absoluta quanto à vontade dos contratantes.
- e) o ato jurídico que não for celebrado na forma determinada, havendo forma prescrita em lei, será nulo.

Questão 67: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

Para verificar a validade de um ato jurídico o policial deverá averiguar

- a) se as partes são legitimadas e se o objeto desse ato é logicamente possível.
- b) se o referido ato guarda respeito com a forma, caso exigida pela lei; se as partes envolvidas são capazes; se o objeto não contraria a lei.
- c) apenas se o ato está de acordo com a forma prescrita em lei.
- d) apenas se os agentes são capazes.
- e) se esse ato jurídico não colide com as leis de regência.

Questão 68: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Da condição, termo e encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais

A respeito dos elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- a) Situação hipotética: Maria celebrou contrato de doação de bem imóvel a João. Na negociação, ficou estipulado que a transferência do bem somente se aperfeiçoará quando da morte da doadora. Assertiva: Nessa situação, o evento morte funciona como condição.
- b) O encargo é elemento acidental característico dos negócios jurídicos que envolvam liberalidade. Em caso de inexecução do encargo pelo beneficiado, não há previsão de mecanismos de coerção direta ou indireta por parte do disponente.
- c) O termo não essencial é aquele que não admite o cumprimento do objeto do negócio jurídico após o seu vencimento.
- d) Denomina-se condição a cláusula acessória pela qual as partes subordinam a eficácia do negócio a acontecimento futuro e incerto.
- e) Em caso de nulidade do negócio jurídico, a condição voluntariamente declarada pelas partes não será alcançada, permanecendo válida.

Questão 69: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Da condição, termo e encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais

Marque a alternativa correta em relação a exercício, aquisição ou suspensão do direito.

- a) O termo inicial, estabelecido em um contrato, suspende a aquisição do direito.
- b) O termo inicial suspende o exercício do direito do contratante.
- c) A condição suspensiva, aposta em um contrato, não impede a sua eficácia, desde que o devedor dela tenha ciência.
- d) É possível estabelecer um contrato sob condição que o sujeite ao arbítrio do credor.
- e) Os contratos admitem toda e qualquer condição.

Questão 70: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Assinale a opção correta a respeito dos defeitos dos negócios jurídicos.

- a) Na lesão, os valores vigentes no momento da celebração do negócio jurídico deverão servir como parâmetro para se aferir a proporcionalidade das prestações.
- b) Os negócios jurídicos eivados pelo dolo são nulos.
- c) A coação exercida por terceiro estranho ao negócio jurídico torna-o nulo.

- d) Age em estado de perigo o indivíduo que toma parte de um negócio jurídico sob premente necessidade ou por inexperiência, assumindo obrigação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta ferindo o caráter sinalagmático do contrato.
- e) Se em um negócio jurídico, ambas as partes agem com dolo, ainda assim podem invocar o dolo da outra parte para pleitear a anulação da avença.

Questão 71: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Setúbal Mourinho de Oliveira, imigrante recém-chegado ao Brasil, pretendia adquirir um bem imóvel para instalar sua indústria e comércio de produtos alimentícios. Consultou diversos jornais até que encontrou Aristides, que lhe ofereceu uma casa em um certo bairro da cidade. Setúbal lhe afirmou que pretendia a aquisição de um bem imóvel para instalar sua empresa, e o negócio se concluiu dias depois. Setúbal não pôde se instalar como pretendia, pois a Prefeitura do Município esclareceu que naquela zona residencial isso não era possível.

Acerca das consequências desse negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio é passível de anulação por restar configurada a lesão.
- b) O negócio é anulável porque está presente o erro quanto ao objeto principal.
- c) O negócio é passível de anulação por restar configurada a omissão dolosa.
- d) O negócio não é anulável pois se trata de condição específica do contrato.
- e) O negócio deve subsistir pois não se evidencia qualquer espécie de vício.

Questão 72: CEPERJ - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2009

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Ao ver que sua embarcação naufragava, Mévio, avistando Caio em outro barco, prometeu-lhe quantia vultosa para que ele o salvasse. Analisando a questão proposta, responda qual é a afirmativa correta:

- a) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado lesão, pois, no caso em apreço, uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado coação, pois, no caso em apreço, uma pessoa sob fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, emite declaração de vontade.
- c) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado estado de perigo, pois, no caso em apreço, alguém premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

d) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado onerosidade excessiva, pois, no caso em apreço, uma pessoa assume obrigação excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra pessoa.

e) No caso em apreço, pode-se afirmar que não estão presentes os defeitos do negócio jurídico disciplinados pelo Código Civil.

Questão 73: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Analise as assertivas abaixo quanto aos defeitos do negócio jurídico, e marque a resposta correta.

I. O estado de perigo e o estado de necessidade possuem o mesmo fundamento jurídico; a situação de necessidade, razão pela qual se igualam como vício do consentimento, anulando o negócio jurídico realizado sob seu amparo.

II. O erro e a lesão, como defeitos do negócio jurídico, não se confundem, pois no erro o agente declara a sua vontade ignorando a realidade, que, se conhecesse, o levaria a não realizar o negócio; na lesão, o agente tem a ideia da realidade, mas há a manifesta desproporção entre a sua prestação e a da outra parte no contrato, não sendo resguardado o princípio da igualdade.

III. Se ambas as partes agiram com dolo ao realizar o negócio jurídico, nenhuma delas poderá alegar o dolo em seu favor ou reclamar indenização.

IV. O negócio praticado com erro é anulado ainda que aquele a quem aproveita a manifestação da vontade viciada, oferecer-se para executar o negócio conforme a vontade real do manifestante.

Quais são as assertivas corretas?

- a) I e IV;
- b) e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) I, II, III e IV.

Questão 74: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Assinale a opção correta a respeito do negócio jurídico, da prescrição, da decadência e da posse.

- a) Negócio jurídico é a declaração lícita da vontade humana, cujos efeitos jurídicos são gerados independentemente de serem perseguidos diretamente pelo agente, ou seja, nascem da própria lei.
- b) A simulação e a fraude constituem vícios do consentimento.
- c) O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição.
- d) A união de posses ocorre na hipótese de sucessão a título singular.
- e) Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.

Questão 75: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

No Código Civil, o instituto da tesão

- a) não foi regulado.
- b) está compreendido nas regras pertinentes ao erro ou ignorância.
- c) esta compreendido nas regras pertinentes ao dolo.
- d) está compreendido nas regras pertinentes ao estado de perigo.
- e) foi regulado especificamente entre os defeitos dos atos jurídicos.

Questão 76: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Sobre os defeitos dos atos jurídicos, pode-se afirmar que

- a) ensejam a nulidade de pleno direito do ato jurídico em que estejam presentes.
- b) se caracterizam pela dissociação entre a declaração de vontade e a vontade real do agente e por seu reconhecimento pelo direito. ·
- c) se caracterizam pela Intenção de causar dano a outrem.
- d) admitem a anulação de ato bilateral se ambas as partes tiverem se comportado com dolo.
- e) admitem a anulação do contrato, se celebrado, em razão de vício de coação, em circunstância como a exemplificada a seguir: o senhor X busca condicionar o senhor Y a realizar contrato sob pena de, se Y se negar a fazê-lo, executar a dívida de que é credor.

Questão 77: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Com referência à simulação, assinale a afirmativa correta.

- a) A simulação é defeito do negócio jurídico, pelo qual se induz outra pessoa a celebrar o negócio através de uma falsa representação da realidade, sem a qual o induzido não o teria realizado.
- b) Na simulação, qualquer pessoa é legítima para requerer a anulação do negócio jurídico simulado.
- c) A simulação é defeito do negócio jurídico que lhe determina a anulabilidade, independente da vontade de os sujeitos do negócio prejudicarem a terceiros.
- d) Na simulação, não importa a anulação do ato, devendo responder o beneficiado somente pelas perdas e danos cabíveis.
- e) A simulação ocorre também quando os instrumentos particulares de celebração do negócio forem pós-datados ou antedatados.

Questão 78: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Considere esta sequência de fatos:

I - É vontade do cidadão firmar um contrato de empréstimo de determinado bem. Entretanto, por engano próprio, sem que haja absolutamente interferência de outrem, firma um contrato de venda daquela bem.

II - Determinado contratante silencia propositalmente quanto a um fato que, caso fosse do conhecimento do outro contratante, este não teria celebrado o contrato.

III - Alguém é obrigado por outra pessoa a desfazer-se de um bem sob comprovável possibilidade de dano à sua pessoa.

IV - Duas pessoas contratam formalmente a compra e venda de um bem, sem que, de fato, conforme previamente acordado entre ambas, ocorram o pagamento e a entrega do bem.

V - Um cidadão em comprovado estado de insolência civil transmite por doação a terceiros todos os seus bens, evitando com isso que os mesmos lhe venham a ser expropriados.

Considerando-se a ordem em que se apresentam os fatos acima relacionados, trata-se, respectivamente, de

- a) dolo, coação, erro, simulação e fraude contra credores.
- b) dolo, erro, coação, simulação e fraude contra credores.
- c) coação, erro, dolo, fraude a simulação.
- d) erro, dolo, coação, fraude contra credores e simulação.

e) erro, dolo, coação, simulação e fraude contra credores.

Questão 79: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2014

Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)

No tocante à invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar:

- a) Nos negócios jurídicos praticados com coação, o prazo de decadência para pleitear a anulação é de dois anos, contado do dia em que ela cessou.
- b) Nos negócios jurídicos quando os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados, não haverá simulação, mas, serão considerados nulos.
- c) Nos negócios jurídicos, quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- d) Nos negócios jurídicos praticados por incapazes, o prazo de decadência para pleitear a anulação é de quatro anos, contado do dia em que cessou a incapacidade.
- e) O negócio jurídico em que for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade é considerado anulável.

Questão 80: CEPERJ - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2009

Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)

No Código Civil de 2002, a simulação é considerada hipótese de nulidade, não sendo mais disciplinada entre as causas de anulação dos negócios, conforme estabelecia o Código Civil anterior. Assim, é correto afirmar que:

- a) Assim como no regime anterior, o Código Civil de 2002 prevê expressamente que a simulação inocente não gera a invalidade.
- b) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem, quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira ou, ainda, quando os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados.
- c) Na simulação, bem como na reserva mental, o declarante manifesta vontade para a realização de negócio que não deseja, mas sem o conhecimento da outra parte.
- d) Para a caracterização da simulação maliciosa, exige-se a intenção de prejudicar e o efetivo prejuízo de terceiro.
- e) É nulo o negócio jurídico simulado e não subsistirá o que se dissimulou, mesmo se válido for na substância e na forma.

Questão 81: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)

O direito civil brasileiro, em razão de seus princípios orientadores, admite a conversão do ato negocial. Tendo em vista essa assertiva, é **CORRETO** afirmar que a conversão

- a) converte-lhe à validade a qualificação dada pelas partes, excepcionalmente, em razão da licitude do objeto.
- b) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico e é somente aplicável nas hipóteses em que não haja nulidade do negócio a ser convertido.
- c) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico, mantendo a qualificação dada a ele pelas partes, convalidando-o.
- d) acarreta nova qualificação ao negócio jurídico e refere-se à hipótese de negócio nulo.

Questão 82: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003**Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)**

Na dicção do novo Código Civil “são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.

Considerando, assim, o novo Código Civil, é **CORRETA** a seguinte assertiva:

- a) A escusabilidade do erro, tendo o novo Código Civil abandonado o credo voluntarista, não tem qualquer significado na anulabilidade, mas deve ser investigada pelo intérprete como subsídio ao julgamento.
- b) A causa de anulação é o erro perceptível pelo outro contraente, vício que prevalecerá ainda que seja inescusável o erro cometido.
- c) O novo Código Civil desprezou a escusabilidade do erro como requisito da anulabilidade.
- d) O novo Código Civil igualou, para efeito de anulabilidade, a inescusabilidade e a cognoscibilidade.

Questão 83: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002**Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)**

Considerando que os senhores A e B celebram um contrato e que A pretende anular esse contrato em razão de dolo de B, é correto afirmar que tal contrato

- a) só poderá ser anulado por A se este provar que também agiu com dolo.
- b) não poderá ser anulado se provado o dolo de A e de B.
- c) poderá ser anulado se provado o dolo de A e de B.

d) não poderá ser anulado se B provar que não agiu com dolo e que A é que cometeu erro em relação a elementos essenciais do contrato. ·

e) será nulo de pleno direito, uma vez provado o dolo de B, podendo a nulidade ser reconhecida de ofício pelo Juiz.

Questão 84: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Analise as assertivas abaixo acerca do ato ilícito e marque a resposta correta.

I. Ato ilícito é a conduta humana voluntária, contrária ao direito, por ação ou omissão, culposa ou dolosa;

II. O titular de um direito, que, ao exercê-lo, excede manifestamente o limite imposto pela boa-fé, comete ato ilícito.

III. O ato praticado em legítima defesa não constitui ato ilícito, salvo se tratar-se da legítima defesa putativa, em que o agente age com negligência na apreciação equivocada dos fatos.

IV. Ao agir em estado de necessidade o agente não comete ato ilícito, salvo se exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Quais são corretas?

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I e IV;
- d) e III;
- e) I, II, III e IV.

Questão 85: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Analise as afirmações abaixo, quanto aos ATOS ILÍCITOS no campo do direito civil, e marque a alternativa correta:

- a) Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição de coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, nos limites da lei.
- b) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- c) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito.
- d) Todas as anteriores estão corretas.
- e) Todas as anteriores estão incorretas.

Questão 86: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete:

- a) Ato falho.
- b) Ato ilícito.
- c) Ato impróprio.
- d) Ato decisório.
- e) Ato legal.

Questão 87: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Na caracterização dos atos ilícitos, o Código Civil considera

- a) apenas os danos materiais.
- b) apenas os danos morais.
- c) os danos materiais e morais, devendo os últimos concorrer com os primeiros para ocasionar obrigação de indenizar.
- d) os danos materiais e morais, havendo obrigação de indenizar ainda que se trate exclusivamente de danos morais.
- e) os danos materiais e morais, sendo a obrigação de reparar os primeiros excludente da obrigação de reparar os últimos.

Questão 88: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Considerando os atos ilícitos, qual afirmativa está correta?

- a) A cláusula geral de atos ilícitos do Código Civil admite, em alguns casos, a responsabilidade objetiva.

- b) O exercício abusivo de direito é exemplo de ato lícito uma vez previsto dentre as excludentes de Ilícitude, mas enseja indenização por perdas e danos.
- c) O relativamente Incapaz não fica obrigado ao ressarcimento. do dano, -ainda se culpado por dano patrimonial advindo ele ato ilícito.
- d) A ratificação do ato retira-lhe o caráter ele Ilícitude.
- e) A cláusula geral sobre atos ilícitos do Código Civil consagra, exclusivamente, a responsabilidade subjetiva.

Questão 89: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Acerca de prescrição e decadência no direito civil, assinale a opção correta.

- a) A prescrição não pode ser arguida em grau recursal.
- b) Desde que haja consenso entre os envolvidos, é possível a renúncia prévia da decadência determinada por lei.
- c) A prescrição não corre na pendência de condição suspensiva.
- d) Ao celebrarem negócio jurídico, as partes, em livre manifestação de vontade, podem alterar a prescrição prevista em lei.
- e) É válida a renúncia da prescrição, desde que determinada expressamente antes da sua consumação.

Questão 90: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Sobre o instituto da decadência, está correto afirmar que:

- a) a decadência não corre contra os relativamente incapazes.
- b) se for convencionalizada entre partes pode ser alegada por quem a aproveita em qualquer grau de jurisdição.
- c) em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) o juiz não pode, em hipótese alguma, conhecer de ofício a decadência.
- e) na hipótese de decadência convencional, o juiz pode suprir a sua alegação, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

Questão 91: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Um servidor público federal vende seu veículo e combina o pagamento em três parcelas, no último dia de cada mês, em março, abril e maio de 2012. No início de abril de 2012, é mandado pelo governo federal para trabalhar em outro país, pelo prazo de dez anos. Ao retornar, poderá receber as parcelas remanescentes do preço pois

- a) a prescrição não corre contra ausentes do país em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.
- b) a decadência não corre contra ausentes do país em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.
- c) a prescrição não corre contra servidores públicos ausentes do país, qualquer que seja a atividade a realizar no exterior.
- d) a decadência não corre contra servidores públicos em viagem ao exterior, desde que esteja pendente uma condição suspensiva.

Questão 92: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)**

Pedro, relativamente incapaz, assistido por João, celebrou um negócio jurídico com Maria. O contrato possui uma cláusula prevendo a majoração do prazo prescricional. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Em razão de Pedro ser absolutamente incapaz, o prazo prescricional pode ser majorado por acordo das partes.
- b) A prescrição só pode ser alegada em 1º grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- c) Pedro pode acionar João, caso este dê causa à prescrição, ou não a alegue oportunamente.
- d) A renúncia da prescrição só valerá se for expressa e for feita depois que a prescrição se consumir.
- e) Corre a prescrição contra absolutamente incapaz.

Questão 93: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009**Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)**

Marque a resposta correta acerca da prescrição civil.

- a) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos demais, e a interrupção operada contra o co-devedor prejudica aos demais coobrigados.
- b) A interrupção por um dos credores solidário não aproveita aos demais, assim como a interrupção contra um dos credores solidários também não envolve os demais.
- c) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

- d) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica aos outros herdeiros, tanto nas obrigações divisíveis quanto nas obrigações indivisíveis.
- e) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

Questão 94: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Marque a resposta correta acerca dos prazos da prescrição civil.

- a) Prescreve em um ano a pretensão para haver prestações alimentares.
- b) Prescreve em um ano a pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele.
- c) Prescreve em três anos a pretensão relativa à tutela.
- d) Prescreve em cinco anos a pretensão da reparação civil.
- e) Prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

Questão 95: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Os prazos de prescrição

- a) podem ser alterados por acordo das partes.
- b) podem ser alterados por acordo das partes, exceto se uma delas for incapaz.
- c) podem ser alterados por acordo das partes sujeito a homologação judicial.
- d) podem ser alterados por acordo das partes, quando inferiores a 10 (dez) anos.
- e) não podem ser alterados por acordo das partes.

Questão 96: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

A regra geral, sempre admitida, é no sentido de que a Decadência é contínua, não admitindo suspensão, impedimento ou interrupção.

Sobre a Decadência, também é correto afirmar que:

- a) Os absolutamente incapazes têm direito regressivo de indenização contra os seus representantes legais que derem causa à Decadência.

- b) Não corre Decadência contra os absolutamente incapazes.
- c) Não se aplicam à Decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a Prescrição.
- d) A Decadência corre contra tudo e todos.
- e) Ao termo, aplica-se a Prescrição e ao prazo, a Decadência.

Questão 97: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Sobre o instituto da prescrição, é correto afirmar que

- a) extingue as pretensões, em razão do seu não-exercício por um certo lapso de tempo fixado em lei.
- b) é fenômeno extintivo das pretensões, ações, exceções e direitos pelo decurso do tempo.
- c) extingue os direitos do titular que não os exerce no lapso de tempo fixado na lei.
- d) a causa suspensiva da prescrição, se existir, sempre aproveita a todos os credores solidários, ao contrário do que se observa na ocorrência de causa interruptiva.
- e) extingue as ações em razão do exercício irregular de direito protestativo.

Questão 98: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Assunto: Prova do negócio jurídico (arts. 212 a 232)

No que tange às provas e seus meios de produção, assinale a alternativa correta.

- a) A recusa à realização de exame médico necessário não pode gerar presunção em desfavor daquele que se nega.
- b) Não é permitida a recusa a prestar depoimento sobre fato a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo.
- c) São exemplos dos meios de prova a confissão, o documento, a testemunha, a presunção e a perícia, não havendo, em regra, hierarquia entre os meios de prova.
- d) Admite-se a prova exclusivamente testemunhal para os negócios jurídicos que ultrapassem o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, desde que haja mais de uma testemunha.
- e) Os parentes colaterais por afinidade podem ser admitidos como testemunhas, independentemente do grau de parentesco.

Questão 99: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Prova do negócio jurídico (arts. 212 a 232)

Segundo o princípio da livre admissibilidade, os fatos jurídicos podem ser comprovados por qualquer meio de prova admitido em direito. Entretanto, em situações específicas, impõem-se algumas restrições. A partir dessas considerações, é CORRETO afirmar:

- a) a permissão legal de realização de prova testemunhal subsidiária obriga sua produção, impedindo o juiz de dispensá-la.
- b) a presunção *hominis* só pode ser acatada nos casos em que a lei não exclui a prova testemunhal.
- c) o Código Civil isenta de obrigação de comparecimento perante a autoridade aquele a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo de fato que se investiga.
- d) o ordenamento jurídico brasileiro impõe um regime de absoluta impossibilidade de prova testemunhal ante a incapacidade de quem prestará testemunho.

Questão 100: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**Assunto: Questões Mesclados de fatos jurídicos (arts. 104 a 232)**

A respeito dos fatos e atos jurídicos, como previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de atos jurídicos eivados de vício insanável, como erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, o prazo para se intentar ação anulatória é de dois anos, contado a partir da celebração do negócio.
- b) A condição é considerada como a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade de uma das partes, determina que o efeito do negócio jurídico fica subordinado a um evento futuro e incerto.
- c) Em se tratando de erro, este não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- d) Para que se considere a coação como defeito do negócio, levam-se em conta o sexo, a idade e a desproporção de altura e peso entre coator e coagido. O simples temor reverencial também é considerado atividade coatora.
- e) É anulável o negócio jurídico que aparentemente confere ou transmite direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se transmitem, ou que contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

Questão 101: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**Assunto: Questões Mesclados de fatos jurídicos (arts. 104 a 232)**

A respeito do plano de validade dos negócios jurídicos, assinale a afirmativa correta.

- a) A nulidade de um negócio jurídico decorrente de fraude de lei imperativa pode ser alegada pelo Ministério Público quando lhe couber intervir.
- b) As hipóteses de anulabilidade devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las.
- c) O negócio jurídico nulo convalesce pelo decurso do tempo por razões de segurança jurídica.
- d) O erro, o dolo e a coação são as únicas hipóteses de anulabilidade do negócio jurídico previstas pelo Código Civil.
- e) É anulável um negócio jurídico que não revestir a forma prescrita em lei.

Direito Comercial (Empresarial)

Teoria Geral

Questão 102: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Empresa e Empresário

No que concerne à caracterização da atividade empresarial segundo o direito brasileiro, pode se afirmar que:

- a) o empresário que tenha a atividade rural como sua principal profissão não pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- b) marido e mulher podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, mesmo que tenham se casado no regime da comunhão universal de bens.
- c) o termo empresário refere-se ao sócio da sociedade empresária.
- d) não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- e) a pessoa legalmente impedida de exercer a atividade empresária, caso a exerça, não responderá pelas obrigações que contrair.

Questão 103: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Estabelecimento

A respeito de estabelecimento empresarial, aviamento e clientela, assinale a opção correta.

- a) Estabelecimento empresarial corresponde a um complexo de bens corpóreos organizados ao exercício de determinada empresa.

- b) O estabelecimento empresarial não é suscetível de avaliação econômica e, por consequência, não pode ser alienado.
- c) Aviamento refere-se à aptidão que determinado estabelecimento empresarial possui para gerar lucros.
- d) De acordo com a doutrina, aviamento e clientela são sinônimos.
- e) Na legislação vigente, não há mecanismos de proteção legal à clientela.

Questão 104: CESPE - Del Pol (PC GO)/PC GO/2017**Assunto: Escrituração**

Durante a instrução de determinado processo judicial, foi comprovada falsificação da escrituração em um dos livros comerciais de uma sociedade limitada, em decorrência da criação do chamado “caixa dois”. A sentença proferida condenou pelo crime apenas o sócio com poderes de gerência.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A conduta praticada pelo sócio constitui crime falimentar.
- b) Na situação, configura-se crime de falsificação de documento público.
- c) Sendo o diário e o livro de registro de atas de assembleia livros obrigatórios da sociedade citada, a referida falsificação pode ter ocorrido em qualquer um deles.
- d) Em decorrência da condenação criminal, o sócio-gerente deverá ser excluído definitivamente da sociedade.
- e) O nome do condenado não pode ser excluído da firma social, que deve conter o nome de todos os sócios, seguido da palavra “limitada”.

Sociedades**Questão 105: CESPE - Del Pol (PC GO)/PC GO/2017****Assunto: Sociedades (Direito Comercial)**

Assinale a opção correta no que se refere ao direito societário.

- a) Compete ao poder público municipal do local da sede autorizar o funcionamento de sociedades cujo funcionamento dependa de autorização do Poder Executivo.
- b) É nulo todo o contrato social de sociedade limitada que contenha cláusula que exclua qualquer sócio da participação nos lucros e nas perdas.
- c) A sociedade em comum e a sociedade de fato ou irregular são não personificadas, conforme classificação do Código Civil.

d) O sócio remisso pode ser excluído da sociedade pelos demais, caso em que deve ser-lhe devolvido, com os abatimentos cabíveis, o montante com o qual tenha contribuído para o capital social.

e) Os tipos societários previstos no Código Civil são exemplificativos, podendo as sociedades organizar-se de formas distintas das expressamente listadas.

Questão 106: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Sociedades (Direito Comercial)

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, as espécies societárias que somente podem ser consideradas, a primeira, como sociedade empresária e, a segunda, como sociedade simples, em razão de expressa imposição legal.

- a) sociedade comandita por ações / sociedade comandita simples
- b) sociedade anônima / sociedade cooperativa
- c) sociedades estatais / associações
- d) sociedade anônima / sociedade limitada
- e) sociedade em nome coletivo / sociedade limitada

Questão 107: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Sociedades (Direito Comercial)

Considerando a legislação em vigor a respeito da responsabilidade dos sócios nos diversos tipos societários, assinale a opção correta.

- a) Nas sociedades cooperativas, o contrato social deverá prever, necessariamente, a responsabilidade ilimitada aos sócios.
- b) O acionista responde ilimitadamente com o próprio patrimônio no que se refere às obrigações assumidas pela sociedade anônima.
- c) Nas sociedades anônimas, os acionistas respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) Nas sociedades limitadas, os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- e) Na sociedade comandita por ações, todos os sócios respondem ilimitadamente pelos débitos societários.

Questão 108: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Sociedades (Direito Comercial)

Com relação às sociedades e à responsabilidade dos sócios, assinale a alternativa correta.

- a) Na sociedade limitada, os condôminos de quota indivisa não respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.
- b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, assim com o a responsabilidade pela integralização do capital social.
- c) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- d) O sócio admitido em sociedade já constituída não responde pelas dívidas sociais anteriores à sua admissão.
- e) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária apenas dos administradores que a realizarem.

Questão 109: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Sociedade em Comum

O sócio de sociedade em comum, que contrata pela sociedade:

- a) pratica atividade ilícita, por se tratar de sociedade não personificada e, portanto, irregular.
- b) pode por qualquer forma em direito provar a existência da sociedade perante a outra parte no contrato.
- c) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, desde que não haja mais bens da sociedade passíveis de execução.
- d) é considerado fiador da sociedade perante a outra parte no contrato.
- e) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, excluído o benefício de ordem.

Direito Penal

Crimes contra a Pessoa

Questão 110: CESPE - Del Pol (PC GO)/PC GO/2017

Assunto: Homicídio

Álvaro e Samuel assaltaram um banco utilizando arma de fogo. Sem ter ferido ninguém, Álvaro conseguiu fugir. Samuel, nervoso por ter ficado para trás, atirou para cima e acabou atingindo uma cliente, que faleceu. Dias depois, enquanto caminhava sozinho pela rua, Álvaro encontrou um dos funcionários do banco e, tendo sido por ele reconhecido como um dos assaltantes, matou-o e escondeu seu corpo.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Álvaro cometeu os crimes de roubo qualificado e homicídio simples.
- b) Samuel cometeu os crimes de roubo simples e homicídio culposo.
- c) Álvaro cometeu os crimes de roubo e homicídio qualificados.
- d) Álvaro cometeu o crime de homicídio qualificado e será responsabilizado pelo resultado morte ocorrido durante o roubo.
- e) Álvaro e Samuel cometeram o crime de roubo qualificado pelo resultado morte.

Questão 111: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Homicídio

A partir da narrativa dos casos a seguir, assinale a alternativa correta.

CASO 1

Ana combina com Paulo de lhe fornecer um veneno que lhe provocaria uma morte lenta, mas lhe entrega outro que causa a morte imediata.

CASO 2

Ana empresta uma arma para Rui cometer suicídio. Uma hora depois, Rui solicita a Aldo que lhe mate. Com apenas um disparo no coração, Aldo contempla a vontade de Rui.

- a) Em ambos os casos, Ana deverá responder por homicídio simples.
- b) Ana deverá responder por homicídio simples apenas no primeiro caso.
- c) Em ambos os casos, Ana deverá responder pela participação material em suicídio.
- d) Ana deverá responder pela participação material em suicídio apenas no primeiro caso.
- e) Ana deverá responder por homicídio qualificado (venefício) no primeiro caso

Questão 112: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Homicídio

Segundo Busato (2014), "o homicídio é uma violação do bem jurídico vida como tal considerado a partir do nascimento". E para Hungria (1959), esse crime constitui "a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada".

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 121, apresenta três modalidades de tipos penais de ação homicida, em que os elementos que o compõem podem ou não aparecer conjugados. Acerca das modalidades do crime de homicídio, variantes e caracterização, assinale a alternativa correta.

- a) É caracterizada como homicídio a morte de feto atingido por disparo de arma de fogo, quando ainda no ventre da mãe.
- b) O infanticídio é modalidade do homicídio qualificado pelo resultado, quando a mãe mata o próprio filho logo após o parto, sob a influência do estado puerperal, cuja pena é agravada.
- c) O latrocínio, por se tratar de espécie complexa de homicídio qualificado previsto no artigo 121 do Código Penal, não é julgado pelo Tribunal do Júri por envolver questões patrimoniais.
- d) A eutanásia, ou o homicídio piedoso, é reconhecida como conduta praticada por relevante valor moral, caracterizadora do homicídio privilegiado.
- e) O homicídio pode ser considerado qualificado /privilegiado quando praticado por relevante valor moral motivado por vingança.

Questão 113: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

Assunto: Homicídio

De acordo com o Código Penal assinale a alternativa correta.

- a) A pena para quem pratica homicídio qualificado será aplicada de 12 (doze.) a 20 (vinte.) anos de reclusão.
- b) Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um terço até a metade.
- c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- d) A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) até a metade se o crime de homicídio for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- e) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

Questão 114: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013

Assunto: Homicídio

Mévio, com *animus necandi*, deixa de prestar auxílio a seu colega durante a escalada de uma montanha íngreme e perigosa. Ao negar-se a estender a mão ao colega que havia se desequilibrado, Mévio observa-o cair num precipício e morrer. Sobre a conduta de Mévio, tem-se o seguinte:

- a) estando na posição de garante, responderá por homicídio culposo, uma vez que possuía o dever legal de impedir o resultado.
- b) responderá pelo crime de omissão de socorro, com a pena triplicada pelo resultado morte.
- c) por haver assumido o risco do resultado morte, responderá pelo crime de homicídio doloso, na espécie dolo eventual.
- d) responderá pelo crime de homicídio doloso, posto que desejou diretamente o resultado morte.

Questão 115: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Assunto: Homicídio

Juca, transtornado, após ter flagrado seu pai praticando violência sexual com sua irmã de apenas 05 anos de idade, que vem a falecer em razão da violência praticada, desfere uma facada contra a cabeça do seu genitor que também vem a falecer. Após desferir o golpe contra seu pai, e certificar-se da morte deste, Juca foge levando o relógio que a vítima usava na ocasião. O agressor sexual era solteiro e possuía somente estes dois filhos. Mais tarde, com a prisão de Juca, o fato foi levado ao conhecimento da autoridade policial.

Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta a tipificação correta.

- a) Juca deverá responder por homicídio qualificado pelo meio cruel (Art. 121, § 2º, III, do CP) e por furto simples (Art. 155, do CP).
- b) Juca deverá responder por homicídio privilegiado (Art. 121, § 1º, do CP) e por furto simples (Art. 155, do CP).
- c) Juca não deverá responder por qualquer crime por ter agido escorado pela excludente de ilicitude da legítima defesa de terceiro.
- d) Juca deverá responder por homicídio privilegiado (Art. 121, § 1º, do CP).
- e) Juca deverá responder por homicídio privilegiado (Art. 121, § 1º, do CP) e por roubo simples (Art. 157, do CP).

Questão 116: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Homicídio

Uma jovem, ao sair da faculdade à noite, é rendida por um homem que a estupra brutalmente, proferindo-lhe várias ameaças. Aproveitando-se de uma distração do bandido e temendo por sua vida, a vítima empreende fuga correndo desesperadamente

e, ao atravessar a rua, é atropelada por um veículo que passava pelo local, morrendo imediatamente. Na qualidade de Delegado de Polícia, assinale a alternativa que contempla a correta tipificação da conduta daquele que atacou a jovem.

- a) Estupro.
- b) Estupro qualificado pelo resultado morte.
- c) Homicídio e estuproemconcurso formal.
- d) Homicídio e estuproemconcurso material.
- e) Homicídio.

Questão 117: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Homicídio

Osvaldo, desejando matar, disparou seu revólver contra Arnaldo, que, em razão do susto, desmaiou. Osvaldo, acreditando piamente que Arnaldo estava morto, colocou-o em uma cova rasa que já havia cavado, enterrando-o, vindo a vítima a efetivamente morrer, em face da asfixia. Assim, Osvaldo praticou:

- a) homicídio qualificado pela asfixia e homicídio culposo, bem como ocultação de cadáver.
- b) homicídio qualificado pela asfixia e ocultação de cadáver.
- c) homicídio simples e ocultação de cadáver.
- d) homicídio culposo.
- e) homicídio simples.

Questão 118: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Homicídio

Maria é amiga e “cunhada” de Paula, pois namora Carlos, o irmão desta. Maria descobre que está sendo traída por Carlos e conta a Paula. Esta sugere que Maria simule o suicídio para dar uma lição em Carlos. Realizada a encenação, Carlos encontra Maria caída em sua cama, aparentando estar com os pulsos cortados e morta, tendo uma faca ao seu lado. Certo da morte de sua amada, pois a cena fora perfeitamente simulada, com aptidão para enganar qualquer pessoa, Carlos, desesperado, pega a faca supostamente utilizada por Maria e começa a golpear o corpo da namorada, gritando que ela não poderia ter feito aquilo com ele, haja vista amá-la demais e que, portanto, sua vida teria perdido o sentido. Maria, mesmo esfaqueada, não esboça qualquer reação, pois, para dar uma aura de veracidade à farsa, havia ingerido medicamentos que a fizeram dormir profundamente. Em razão dos golpes desferidos por Carlos, Maria acaba efetivamente morrendo. Assim, pode-se afirmar que Carlos:

a) deve responder pelo crime de homicídio doloso duplamente qualificado, em face de a morte ter ocorrido por motivo torpe e pela impossibilidade de reação da vítima, sendo Paula coautora do mesmo crime, pois o direito penal brasileiro adota a teoria monista mitigada.

b) deve responder por descumprir um dever de cuidado objetivo, que causou um resultado lesivo, já que há previsão expressa do crime na

modalidade culposa, considerando Carlos que estava sob erro de tipo vencível; Paula é partícipe do mesmo crime, pois o direito penal brasileiro adota a teoria monista mitigada.

c) não pode responder por crime algum, pois não há responsabilidade penal objetiva no direito penal brasileiro.

d) deve responder pelo crime de vilipêndio a cadáver, haja vista estar em erro sobre o fato, que, pela teoria extremada da culpabilidade, amolda-se ao instituto do erro de proibição.

e) deve ser indiciado pelo crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver, uma vez que, estando sob erro de tipo vencível, fez o cadáver perder a sua forma original.

Questão 119: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2011

Assunto: Homicídio

Em relação à aplicação da Lei Penal é correto afirmar que:

a) Para aplicação da lei penal no tempo e no espaço, o Código Penal Brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do resultado e da ubiquidade.

b) De acordo com o art. 10 do Código Penal, na contagem de prazos penais, não se computará o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

c) Pelo princípio da especialidade, o agente que efetua diversos disparos de arma de fogo para o alto, vindo a causar a morte de dois transeuntes, responde pelos crimes de homicídio consumado, em concurso formal impróprio, já que a norma especial afasta a aplicação da norma geral.

d) Com a abolitio criminis procedida pela Lei nº 11.106/2005, para o crime de rapto, cessaram todos os efeitos penais advindo de eventuais condenações, permanecendo, contudo, os efeitos civis.

Questão 120: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2011

Assunto: Homicídio

Com relação aos crimes abaixo destacados, é **CORRETO** afirmar que:

a) é possível a participação de particular no delito de corrupção passiva, já que as circunstâncias de caráter pessoal elementares ao crime se comunicam.

b) o homicídio praticado com dolo eventual afasta a incidência das circunstâncias qualificadoras, uma vez que o agente não quer diretamente o resultado, apenas assume o risco de produzi-lo.

c) para a configuração do crime de maus tratos, é necessário submeter a vítima a intenso sofrimento físico ou psíquico, expondo-a a perigo de vida ou de saúde.

d) caracteriza-se o crime de injúria, ainda que as imputações ofensivas à honra subjetiva da vítima sejam verdadeiras, cabendo exceção da verdade somente se o ofendido for funcionário público e a ofensa relativa ao exercício de suas funções.

Questão 121: CEPERJ - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2009

Assunto: Homicídio

Considerando os delitos contra a pessoa, julgue os itens abaixo.

I- No homicídio preterintencional, o agente responderá por culpa com relação ao resultado morte.

II- Mário e Bruno, pretendendo matar Nilo, mediante o uso de arma de fogo, postaram-se de emboscada, ignorando cada um o comportamento do outro. Ambos atiraram na vítima, que veio a falecer em virtude dos ferimentos ocasionados pelos projéteis disparados pela arma de Bruno. Nessa situação, é correto afirmar que Mário e Bruno são coautores do homicídio perpetrado.

III- O agente que, para livrar um doente, sem possibilidade de cura, de graves sofrimentos físicos e morais, pratica a eutanásia com o consentimento da vítima, deve, em tese, responder por homicídio privilegiado, já que agiu por relevante valor moral, que compreende também os interesses individuais do agente, entre eles a piedade e a compaixão.

IV- Caio e Tício, sob juramento, decidiram morrer na mesma ocasião. Para isso, ambos trancaram-se em um quarto hermeticamente fechado e Caio abriu a torneira de um botijão de gás; todavia, apenas Tício morreu. Nessa situação, Caio deverá responder por participação em suicídio.

V- Um indivíduo, a título de correção, amarrou sua esposa ao pé da cama, deixando-a em um quarto escuro e fétido. Nesse caso, o indivíduo responderá pelo crime de maus-tratos.

Estão certos apenas os itens

a) I e III

b) I, III e V

c) I, II e V

d) II e IV

e) IV e V

Questão 122: CESPE - Del Pol (PC RN)/PC RN/2009

Assunto: Homicídio

Assinale a opção correta com relação à interpretação da lei penal, dos crimes contra a pessoa e a paz pública.

- a) Na legislação brasileira, não se mostra possível a existência de um homicídio qualificado-privilegiado, uma vez que as causas qualificadoras, por serem de caráter subjetivo, tornam-se incompatíveis com o privilégio. Além disso, a própria posição topográfica da circunstância privilegiadora parece indicar que ela não se aplicaria aos homicídios qualificados.
- b) Considere a seguinte situação hipotética. Diego e Márcio, adultos, resolveram testar suas respectivas sortes, instigando, um ao outro, a participar de roleta russa. Em hora e local combinados, diante de um revólver municiado com apenas um projétil, cada qual começou a puxar o gatilho contra sua própria cabeça, até que Márcio findou por se suicidar. Nessa situação, Diego não responderá por nada, pois não se pune a autoeliminação da vida.
- c) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) A reincidência, prevista no CP como agravante genérica, influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- e) O crime de quadrilha ou bando é formal e autônomo, mas sua consumação depende da realização dos crimes ulteriores visados.

Questão 123: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2009

Assunto: Homicídio

Imagine a seguinte hipótese: Caio, com a intenção de apenas atingir fatalmente Lúcia, efetua vários disparos de arma de fogo e acaba atingindo o ombro da vítima e também toda a lataria do carro desta.

Assinale a alternativa que tipifica a situação descrita.

- a) Caio responderá por tentativa de homicídio em concurso formal com o crime de dano.
- b) Caio responderá pelo crime de lesão corporal em concurso formal com o crime de dano.
- c) Caio responderá pela tentativa de homicídio.
- d) Caio responderá pelo crime de lesão corporal.
- e) Caio responderá por tentativa de homicídio em concurso material com o crime de dano.

Questão 124: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009**Assunto: Homicídio**

Analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.

- a) Uma das hipóteses de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira manifesta-se quando o crime é de genocídio e o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- b) O Código Penal brasileiro contempla hipóteses de crimes de atentado.
- c) O agente “A”, querendo matar “B”, efetua dois disparos de arma de fogo na região do abdômen de “B” e foge, mesmo tendo, ainda, quatro projéteis para disparar, pois pensou que os atos praticados eram suficientes para produzir a morte de “B”. Contudo, momentos depois, arrependido, volta ao local do crime para prestar socorro, onde não mais encontra “B”, que já havia sido removido para um hospital por uma ambulância chamada por “C”, que se encontrava nas imediações. “B” não morre em virtude do socorro recebido. A situação jurídica na qual o agente “A” se encontra pode ser classificada, corretamente, como de tentativa de homicídio.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- e) Não pratica ação antijurídica do ponto de vista penal quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

Questão 125: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009**Assunto: Homicídio**

Analise as seguintes assertivas.

- I. Quando o tipo penal descreve a ausência de consentimento da vítima como elementar, o consenso funciona como causa de exclusão da tipicidade.
- II. Nos crimes contra a vida, há apenas uma hipótese de crime culposos e uma de crime preterdoloso. O homicídio é crime comum, material, simples, de dano, instantâneo e de forma livre.
- III. Suponha a hipótese de um agente que, com vontade deliberada de matar um desafeto, ministra veneno na comida que este estava ingerindo, em dose suficiente para provocar-lhe a morte. Momentos depois, enquanto a vítima do envenenamento ainda fazia a refeição, um veículo desgovernado invadiu o local em que se encontrava, provocando ferimentos que a conduziram ao imediato óbito. Nesse caso, o autor do envenenamento responderá pelo homicídio qualificado consumado, considerando a letalidade do veneno ministrado.

IV. Considere a seguinte situação hipotética; o agente “A”, desejando matar seu desafeto “C”, entrega ao agente “B” uma arma de fogo, fazendo-o supor que ela se encontrava desmuniada e, além disso, o induz a acionar o gatilho em direção a “C”; “B”, de modo imprudente, aperta o gatilho da arma e mata “C”. Nesse caso, não há concurso de agentes e, sim, dois delitos ocorreram: um homicídio doloso imputável a “A” e um homicídio culposo imputável a “B”.

É correto o que se afirma em

- a) apenas I, II e IV;
- b) apenas I, II e III;
- c) apenas I e IV;
- d) apenas II e III;
- e) todas as assertivas.

Questão 126: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Homicídio

Assinale a opção correta com relação ao crime de homicídio.

- a) No homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, o STJ entende atualmente que a qualificadora não se comunica ao mandante do crime.
- b) Com relação ao motivo torpe, a vingança pode ou não configurar a qualificadora, a depender da causa que a originou.
- c) A ausência de motivo configura motivo fútil, apto a qualificar o crime de homicídio.
- d) Para a configuração da qualificadora relativa ao emprego de veneno, é indiferente o fato de a vítima ingerir a substância à força ou sem saber que o está ingerindo.
- e) A qualificadora relativa ao emprego de tortura foi tacitamente revogada pela lei específica que previu o crime de tortura com resultado morte.

Questão 127: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Homicídio

Sobre o crime de homicídio, é CORRETO afirmar:

- a) a natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial, no homicídio culposo, segundo orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é condenatória, não subsistindo efeitos secundários.
- b) existe a possibilidade da coexistência entre o homicídio praticado por motivo de relevante valor moral e o homicídio praticado com emprego de veneno.

c) a conexão teleológica que qualifica o homicídio ocorre quando é praticado para ocultar a prática de outro delito ou para assegurar a impunidade dele.

d) a futilidade para qualificar o homicídio deve ser apreciada subjetivamente, ou seja, pela opinião do sujeito ativo.

Questão 128: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Homicídio

“Alpha”, com intenção de matar, põe veneno na comida de “Beta”, seu desafeto. Este, quando já está tomando a refeição envenenada, vem a falecer exclusivamente em consequência de um desabamento do teto.

No exemplo dado, é correto afirmar que “Alpha” responderá tão-somente por tentativa de homicídio, porquanto:

a) o desabamento é causa concomitante relativamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexo causal entre esta e o resultado “morte”.

b) o desabamento é causa superveniente relativamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexo causal entre esta e o resultado “morte”.

c) o desabamento do teto é causa superveniente absolutamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexo causal entre esta e o resultado “morte”.

d) o desabamento é causa concomitante absolutamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexo causal entre esta e o resultado “morte”.

Questão 129: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Homicídio

Analise as alternativas a seguir. Todas estão corretas, exceto a:

a) Na tentativa perfeita ou acabada de homicídio o agente esgota o processo de execução desse crime, fazendo tudo o que podia para matar, exaurindo sua capacidade de vulneração da vítima.

b) O homicídio é delito formal.

c) O homicídio privilegiado não é considerado crime hediondo.

d) No homicídio, a vingança por si só não leva necessariamente ao reconhecimento da qualificadora da torpeza.

Questão 130: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Homicídio

Analise as alternativas e assinale a correta.

- a) Tentativa cruenta de homicídio é aquela que causa sofrimento desnecessário à vítima ou revela uma brutalidade incomum, em contraste com o mais elementar sentimento de piedade humana.
- b) O latrocínio (roubo qualificado com resultado morte) é uma modalidade especial de homicídio.
- c) O crime de homicídio não pode ser causado por omissão.
- d) As circunstâncias legais contidas na figura típica do homicídio privilegiado são de natureza subjetiva.

Questão 131: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Homicídio

Em relação ao crime de homicídio, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

- () *O “outro crime” de que fala a qualificadora do homicídio sob o inciso V do § 2º do artigo 121 (conexão teleológica) do Código Penal somente pode ser executado pelo agente do homicídio.*
- () *Na “emboscada” o sujeito ativo aguarda ocultamente a passagem ou chegada da vítima, que se encontra desprevenida, para o fim de atacá-la. É inerente a esse recurso a premeditação.*
- () *A multiplicidade de golpes de arma branca contra a vítima não qualifica, por si só, o crime de homicídio pelo emprego de meio cruel.*
- () *A causa privilegiadora do “relevante valor moral” é incompatível com o homicídio cometido com o emprego de veneno.*
- () *O homicídio é crime comum.*

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) F - V - V - F - V
- b) V - V - V - F - V
- c) F - F - V - V - F
- d) V - F - F - F - V

Questão 132: FAPEC - Del Pol (PC MS)/PC MS/2006

Assunto: Homicídio

José está desempregado, doente e sua família passa por necessidades financeiras agudas. É casado com uma belíssima mulher, de nome Ana, que o ama muito. João, o vizinho, interessado em manter relacionamento amoroso com Ana, e percebendo que ela ama muito José, passa a induzir José ao suicídio, fazendo nascer em sua mente a idéia de suicidar-se. Para tanto João invoca a péssima situação financeira de José. Após fazer nascer em José a idéia do suicídio, João passa a instigá-lo ao suicídio, incentivando a idéia mórbida pré-existente. Por fim, e passando do auxílio moral para o auxílio material, João empresta uma corda para que José ceife a própria vida. José dirige-se a um bosque, amarra a corda em um galho alto, sobe em um banquinho e passa a movimentar-se, visando derrubar o banquinho. Ocorre que pelo declive do terreno o banquinho não cai. João, que estava à espreita observando a ação de José, apanha um galho e empurra um dos pés do banquinho, fazendo com que este tombe. José morre asfixiado. Estabelecida essa verdade no inquérito policial, caberá ao Delegado de Polícia indiciar João:

- a) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade auxiliar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- b) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade instigar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- c) Por infração ao art. 122 do CP, na modalidade induzir ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.
- d) Por infração ao art. 121 § 2º I do CP, homicídio doloso qualificado pelo motivo torpe.
- e) Por infração ao art. 122 do CP, por três crimes, nas modalidades induzir, instigar e auxiliar ao suicídio, com aumento de pena pelo motivo egoístico.

Questão 133: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2006

Assunto: Homicídio

Raul, com a intenção de matar João, desferiu-lhe um tiro; porém, erra o tiro e causa lesão corporal em Maria, que estava ao lado de João.

Nesse caso, responderá por:

- a) lesão corporal contra Maria, como se tivesse atingido João.
- b) tentativa de homicídio contra João, como se tivesse atingido Maria.
- c) tentativa de homicídio contra Maria, como se tivesse atingido João.
- d) lesão corporal contra João, como se tivesse atingido Maria.

Questão 134: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2006

Assunto: Homicídio

Analisar as afirmações a seguir.

I Quem induz um alienado mental, desprovido de discernimento, a se suicidar não comete o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, mas o crime de homicídio.

II No crime de homicídio, será torpe o motivo se for daqueles insignificantes, sem importância, totalmente desproporcional em relação ao crime.

III No crime de perigo para a vida ou para a saúde de outrem, o perigo deverá ser concreto.

IV Só responderá pelo crime de omissão de socorro o agente que, antes da conduta omissiva, haja assumido o dever legal de impedir o resultado.

Todas as afirmações corretas estão na alternativa:

- a) I - IV
- b) I - III
- c) II - III
- d) III - IV

Questão 135: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Homicídio

Sobre os tipos legais de crime praticado contra a pessoa, assinale a alternativa correta.

- a) No crime de rixa, admite-se o perigo abstrato, pois a participação na rixa não importa numa efetiva criação de risco para a vida e para a saúde das pessoas.
- b) No crime de homicídio culposo, se o engenheiro age com negligência, deixando de aplicar técnica à qual devia obedecer profissionalmente, a ele é Inaplicável majoração da pena, ante a proibição do bis in idem.
- c) O crime de homicídio culposo é compatível com a forma tentada, excepcionalmente, quando a gravidade da conduta deixa de produzir morte de alguém, por circunstância fortuita, como no caso em que o agente envereda contra multidão, ao realizar manobra extremamente imprudente.
- d) No crime de abandono de incapaz, a pena somente será aumentada se o abandono ocorrer em lugar ermo ou se o agente for ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.
- e) O crime de lesão corporal culposa poderá ser classificado como leve, grave ou gravíssimo, dependendo do resultado ocorrido.

Questão 136: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003

Assunto: Homicídio

Escolha e marque a alternativa inteiramente correta:

- a) Todas as situações de lesão corporal, dispostas e regulamentadas no art. 129, §§1º a 7º, do CP, são da competência do juízo singular comum, imunes aos Juizados Especiais Criminais, devido sua natureza e constituição.
- b) A Constituição Federal, através da letra d, inciso XXXVIII, art. 5º, reserva à instituição do júri a competência exclusiva para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A teor do Código Penal Brasileiro, constituem-se crimes dolosos contra a vida, entre outros, o homicídio simples, o privilegiado e o qualificado (*art. 121, §§1º e 2º*), o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (*art. 122*), o infanticídio (*art. 123*), e o latrocínio (*art. 157, §2º, CP*).
- c) O crime preterdoloso ou preterintencional ocorre quando o agente atua com dolo inicial e culpa subsequente. Por isso, é possível diagnosticá-lo entre os crimes da competência do júri, excepcionalmente, e da alçada do juízo singular.
- d) Dentre as formas qualificadas de prática homicida (*§2º, art. 121, CP*), apenas aquelas referidas nos incisos III (*emprego de veneno, fogo, etc.*) e IV (*dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido, etc.*) são objetivas, e por isso restam aplicáveis na hipótese de homicídio privilegiado (*§1º, art. 121, CP*).
- e) Em sede de lesão corporal, o perigo de vida, a debilidade permanente de membro, sentido ou função, a deformidade permanente, a aceleração de parto e o aborto, constituem espécies de lesões corporais graves, sendo, portanto, punidas segundo o princípio da isonomia normativa.

Questão 137: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Homicídio

Diz-se que há "homicídio qualificado pela conexão" quando o crime

- a) ocorre somente em conexão teológica.
- b) é praticado para garantir exclusivamente as qualificadoras.
- c) ocorre unicamente em conexão ocasional.
- d) ocorre para assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem em relação a outro crime.
- e) ocorre em concurso com outro delito contra a vida.

Questão 138: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2014

Assunto: Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Em relação aos crimes contra a vida, dispostos no Código Penal, é correto afirmar:

- a) No crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, disposto no artigo 122 do CP, a pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico.

- b) O Código Penal prevê o crime de aborto culposo.
- c) Se do induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio resulta lesão corporal de natureza grave na vítima, a conduta daquele que induziu, instigou ou auxiliou a vítima a tentar se suicidar é atípica.
- d) Para a configuração da qualificadora do emprego de veneno no homicídio, disposta no artigo 121, § 2º, inciso III, primeira figura, do CP, não se exige que a vítima desconheça a circunstância de estar sendo envenenada.
- e) O crime de infanticídio, descrito no artigo 123 do CP, prevê também como típica a forma culposa desse delito.

Questão 139: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Aborto provocado por terceiro

Após ter ciência da gravidez de sua namorada Silmara, Nicanor convence a gestante a abortar, orientando-a a procurar uma clínica clandestina. Durante o procedimento abortivo, praticado pelo médico Horácio, Silmara sofre grave lesão, decorrente da imperícia do profissional, perdendo, pois, sua capacidade reprodutiva. Nesse contexto, considerando que a intervenção cirúrgica não era justificada pelo risco de morte para a gestante ou em virtude de estupro prévio, Silmara, Nicanor e Horácio responderão, respectivamente, pelos crimes de:

- a) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).
- b) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).
- c) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).
- d) autoaborto (artigo 124, 1ª parte, CP); aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).
- e) autoaborto (artigo 124, 1ª parte, CP); aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).

Questão 140: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Aborto provocado por terceiro

Médico pratica conduta tendente a produzir aborto, com o consentimento da gestante, vindo ela a morrer, mas salvando-se o filho. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) É hipótese de punição pelo aborto e por homicídio culposo.
- b) Não cabe punição pelo aborto, pois não se consumou, e sim pelo homicídio culposo.
- c) Não cabe punição por tentativa de aborto, pois, em crime de aborto, não se admite tentativa, restando o homicídio culposo ou com dolo eventual.
- d) É hipótese de tentativa de aborto em concurso formal com homicídio culposo ou dolo eventual, conforme se interprete o elemento psicológico do agente.
- e) É hipótese de tentativa de aborto com a majorante da morte da gestante.

Questão 141: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998**Assunto: Aborto provocado por terceiro**

O agente desfere pontapé contra o ventre de uma mulher grávida, e isto leva ao nascimento do feto. Nesse caso, diz-se que o crime praticado é

- a) infanticídio.
- b) homicídio simples.
- c) aborto provocado por terceiro.
- d) homicídio qualificado.
- e) tentativa de homicídio contra a gestante.

Questão 142: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018**Assunto: Das lesões corporais**

Analise os casos hipotéticos abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Do alto de uma árvore, Joca atira uma fruta contra a cabeça de Maurício. Celso, percebendo a intenção de Joca, assustado e com o fim de evitar a lesão contra Maurício, empurra a vítima com força. Na queda, Maurício acaba por quebrar o braço. Nessa hipótese, tendo Celso agido de forma excessiva, deve responder por lesão corporal dolosa.
- b) O agente que provoca, de forma dolosa, várias lesões corporais, de natureza grave e gravíssima contra a mesma vítima, em um mesmo contexto fático, responde por crime continuado.
- c) Policial Civil que, durante uma festa de casamento, confunde convidado com um “perigoso assaltante” foragido e, imediatamente, dá voz de prisão ao indivíduo que, assustado, corre do policial, fazendo com que este efetue disparos de arma de fogo que

atingem mortalmente o convidado pelas costas, segundo a teoria limitada da culpabilidade, atua em discriminante putativa derivada de erro de tipo permissivo.

d) Semprônio entra em luta corporal contra Beltrano, seu desafeto e, após provocar-lhe vários ferimentos, resolve matá-lo, desferindo contra ele dois disparos de arma de fogo que não atingem a vítima. Preso em flagrante, Semprônio responderá por lesão corporal, tentativa de homicídio e disparo de arma de fogo, em concurso material de crimes.

Questão 143: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018

Assunto: Das lesões corporais

De acordo com o Artigo 129 do Código Penal Brasileiro, trata-se de lesão corporal de natureza gravíssima:

- a) Aceleração de parto.
- b) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- c) Deformidade permanente.
- d) Perigo de vida.

Questão 144: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Das lesões corporais

Amílcar, durante uma briga, tenta chutar seu adversário, mas sem querer acerta a própria esposa, que buscava apartar a contenda. Atingida no ventre, a mulher sofre ruptura do baço e é submetida a uma cirurgia de emergência, na qual tem o órgão extraído de seu corpo, medida que garante sua sobrevivência. Considerando que Amílcar em momento algum agiu com animus necandi, o comportamento do autor caracteriza crime de lesão corporal:

- a) culposa.
- b) gravíssima com aumento de pena em virtude da relação conjugal entre autor e vítima.
- c) grave.
- d) gravíssima.
- e) grave com aumento de pena em virtude da relação conjugal entre autor e vítima.

Questão 145: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Assunto: Das lesões corporais

Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se

- a) homicídio doloso (dolo eventual).
- b) lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
- c) homicídio doloso (dolo indireto).
- d) homicídio culposo qualificado pela lesão.
- e) lesão corporal seguida de morte.

Questão 146: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

Assunto: Das lesões corporais

De acordo com o Código Penal, a lesão corporal que tem cominada pena de reclusão de um a cinco anos, dentre outras, são as que resultam em:

- a) deformidade permanente.
- b) incapacidade permanente para o trabalho.
- c) enfermidade incurável e aborto.
- d) perda ou inutilização do membro, sentido ou função.
- e) perigo de vida.

Questão 147: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Assunto: Das lesões corporais

No curso de uma discussão entre irmãs, o marido de uma delas desferiu um chute na barriga da cunhada, causando-lhe lesões que ocasionaram o aborto, certo que a gravidez da vítima não era do conhecimento do agressor.

A vítima, que trabalhava na prostituição, ficou impedida de exercer a sua atividade “profissional” por prazo superior a 30 dias, o que foi reconhecido pela perícia.

Com base no exposto, assinale a alternativa que indica a tipificação correta e o juízo competente para decidir o fato.

- a) Artigo 129, do CP (lesão corporal simples), sendo a competência do JECRIM.
- b) Artigo 129, §§ 1º, I (lesão corporal grave pela incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias), e 2º, V (lesão corporal gravíssima pelo aborto), do CP, sendo a competência da Vara criminal comum.
- c) Artigo 129, §§ 1º, I (lesão corporal grave pela incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias), e 2º, V (lesão corporal gravíssima pelo aborto), do CP, sendo a competência da Vara da violência doméstica.
- d) Artigo 129, § 1º, I (lesão corporal grave pela incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias), do CP, sendo a competência da Vara da violência doméstica.

e) Artigo 129, § 1º, I (lesão corporal grave pela incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias), sendo a competência da Vara criminal comum.

Questão 148: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Das lesões corporais

O agente AA, com vontade de matar seu inimigo BB, agride-o com faca e nele causa várias lesões corporais. A vítima foge e, na perseguição, cai prostrada em razão dos ferimentos. Prestes a receber o golpe mortal, a vítima suplica pela vida. Sensibilizado, o agente afasta-se do local. A vítima, socorrida, é levada a um hospital onde se restabelece. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) É hipótese de tentativa de homicídio, ante os vários atos informados pelo dolo de matar, não se consumando a morte ante a súplica da vítima.
- b) É hipótese de tentativa de homicídio, pois apresenta-se caracterizada pelo Inequivoco animus necandi do agente, não se consumando sua finalidade por motivo de piedade.
- c) É hipótese de arrependimento eficaz, restando o agente punido por lesão corporal dolosa.
- d) É hipótese de desistência voluntária, restando o agente punido por lesão corporal dolosa.
- e) É hipótese de arrependimento posterior, restando o agente punido por lesão corporal dolosa com diminuição de pena.

Questão 149: UDESC - Del Pol (PC SC)/PC SC/2002

Assunto: Das lesões corporais

Analise as seguintes afirmativas.

I. O homicídio é qualificado quando cometido, dentre outras, nas seguintes situações: mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.

II. Segundo o art. 123 do Código Penal, infanticídio é matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho, logo após o nascimento ou no período de até 15 (quinze) dias após o parto.

III. A lesão corporal é considerada de natureza grave quando resulta em incapacidade para as ocupações habituais, por período superior a trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração do parto;

IV Se o agente comete o crime de lesão corporal impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob razoável influência emocional, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.

Questão 150: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Das lesões corporais

Um homem atropela um transeunte com sua charrete e o leva ao hospital de pronto-socorro, mas este nega-se, lá, a receber uma necessária transfusão de sangue por obediência à sua crença religiosa, fato que acaba causando-lhe a morte. Nesse caso, o condutor da charrete deve ser condenado por

- a) homicídio culposo, conforme Código de Trânsito Brasileiro artigo 302.
- b) lesão seguida de morte, conforme Código Penal, artigo 129, parágrafo 3º.
- c) lesão corporal culposa, conforme Código de Trânsito Brasileiro, artigo 303.
- d) lesão corporal, conforme Código Penal, artigo 129.
- e) homicídio simples, conforme Código Penal, artigo 121.

Questão 151: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Dos crimes contra a honra

Ao realizar a manutenção da rede elétrica na casa de um cliente, o eletricitista Servílio inadvertidamente entra em um quarto que pensava ser o banheiro. Lá encontra fotos do dono da casa fantasiado de Adolf Hitler, além de um diário. Ao folhear o diário, Servílio descobre vários escritos nos quais o dono da casa manifesta seu desprezo por um vizinho, por ele denominado "judeu sujo". Servílio, então, leva o fato ao conhecimento do vizinho, que, sentindo-se ofendido, noticia o fato em uma delegacia policial. Ouvido o dono da casa, este revela ser simpatizante do nazismo, usando o referido cômodo para dar secretamente vazão à sua ideologia. Outrossim, o diário seria uma forma de extravasar suas inquietações sem ser descoberto por terceiros. Considerando o caso concreto, é possível afirmar que a conduta do dono da casa:

- a) configura crime de difamação.
- b) configura crime de injúria por preconceito.

- c) configura crime de injúria.
- d) configura crime previsto em lei especial.
- e) é atípica.

Questão 152: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Dos crimes contra a honra

Certo Juiz de Direito encaminha ofício à Delegacia de Polícia visando à instauração de inquérito policial em desfavor de determinado Advogado, porque o causídico, em uma ação penal de iniciativa privada, havia, em sede de razões de apelação, formulado protestos e críticas contra o Magistrado, alegando que este fundamentara sua sentença em argumentos puramente fantasiosos. Resta comprovado na investigação que os termos usados pelo Advogado foram duros e que tinham aptidão para ofender a honra do Magistrado, embora empregados de forma objetiva e impessoal. Assim, o Advogado:

- a) deve responder por crime de injúria.
- b) deve responder por crime de desacato.
- c) deve responder por crime de difamação.
- d) deve responder por crime de calúnia.
- e) não responde por crime algum.

Questão 153: MS CONCURSOS - Del Pol (PC PA)/PC PA/2012

Assunto: Dos crimes contra a honra

Num almoço, dois irmãos começam a discutir na frente de familiares e alguns amigos íntimos. A intenção do irmão “B” era simplesmente aconselhar “A”, porque sua conduta habitual estava causando preocupações em seus genitores. Os familiares e amigos nem iriam perceber a conversa, mas como “A” estava completamente embriagado, exaltou-se, de modo que os demais perceberam a alteração no tom de voz dos interlocutores. O irmão “A” insultou o irmão “B”, mas este não o levou em consideração devido ao estado de embriaguez em que aquele se encontrava. Como paciência tem limite, o irmão “B”, extremamente irritado, acabou por falar para “A” que não iria mais conversar com um bêbado irreversível. Extremamente ofendido por ter sido chamado de bêbado na frente de outras pessoas, dirigiu-se à delegacia mais próxima para realizar um termo circunstanciado de ocorrência tipificado em injúria.

Considerando o previsto na legislação vigente sobre o crime de injúria, analise as afirmativas abaixo:

- I – Nos termos do art.140, § 1º do Código Penal, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, uma vez que o ofendido, irmão “A”, de forma reprovável, provocou

diretamente a injúria e porque ocorreu retorsão imediata, ou seja, consistiu em revide seguido à primeira ofensa.

II – A injúria real é uma forma qualificada, prevista no § 2º do art. 140 do Código Penal que consiste em violência ou vias de fato, que por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes, como por exemplo, em caso de agressão da qual decorra lesão corporal, devendo responder pelos dois crimes. A pena, neste caso, é de três meses a um ano e multa, além da correspondente à violência.

III – É espécie de injúria qualificada a prevista no § 3º do artigo 140 do Código Penal, a qual foi introduzida pela Lei 10.741/03 e consiste na utilização de elementos referentes à raça, a cor, à etnia, religião ou origem, com pena de reclusão de um a três anos e multa. No delito de racismo, o agente tem como objetivo impedir o exercício de um direito líquido e certo em razão de um preconceito (gerando uma discriminação), ofendendo não só a vítima concreta, mas, todas as pessoas de uma determinada raça, cor, etnia, etc. Na injúria preconceituosa, a sua intenção é, tão somente, o de atacar a honra subjetiva de uma pessoa determinada, com propósitos de humilhação com elementos racistas ou preconceituosos. Os xingamentos referentes à raça ou cor da vítima constituem o crime de injúria qualificada e não crime de racismo (Lei nº 7.716/89), pois este pressupõe sempre uma espécie de segregação social e não individual, em função da raça ou da cor como, por exemplo, a proibição de fazer matrícula em escola, de entrar em estabelecimento comercial, de se tornar sócio de um clube desportivo.

IV – Na injúria, qualificada pelo Código Penal, pretende-se ofender a honra subjetiva de uma pessoa. Já o crime de preconceito, previsto na Lei 7.716/89, revela uma intolerância a toda a uma coletividade, em função da raça ou da cor. A diferença entre os ilícitos penais é somente quanto à prescrição. A injúria preconceituosa, cuja pena prevista é a de reclusão de um a três anos e multa, está sujeita à prescrição, na forma do artigo 109, do Código Penal. Os delitos não devem ser confundidos porque os elementos objetivos e subjetivos exigidos nos respectivos tipos legais se mostram completamente distintos.

De acordo com as afirmativas citadas, assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e IV estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretas.
- c) Somente a III está correta.
- d) Somente I, II e III estão corretas.
- e) Somente as I, II e IV estão corretas.

Questão 154: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2009

Assunto: Dos crimes contra a honra

Acerca dos crimes contra a pessoa, previstos no Título I, da Parte Especial, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No crime de homicídio, o emprego de veneno é considerado causa que sempre aumenta a pena.
- b) No crime de injúria, a retorsão imediata, consistente em outra injúria, é causa que sempre diminui a pena.
- c) A ação penal no crime de difamação praticado contra funcionário público, em razão de suas funções, somente se procede mediante representação do ofendido.
- d) A internação da vítima em casa de saúde ou hospital é considerada causa de aumento de pena no crime de sequestro.
- e) O crime de ameaça somente se procede mediante queixa.

Crimes contra o Patrimônio

Questão 155: FCC - Del Pol (PC MA)/PC MA/2006

Assunto: Dos Crimes contra a Inviolabilidade de Domicílio

José, com a intenção de subtrair jóias, ingressa por uma porta aberta no interior da residência da vítima. Já no interior da moradia, apodera-se de um objeto, mas resolve ir embora do local sem nada levar. Nesse caso, José

- a) responderá por tentativa de furto.
- b) responderá por invasão de domicílio.
- c) responderá por furto consumado.
- d) não responderá por nenhum crime, pois houve desistência voluntária.
- e) não responderá por nenhum crime, pois houve arrependimento eficaz.

Questão 156: CESPE - Del Pol (PC MA)/PC MA/2018

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

No interior de um estabelecimento comercial, João colocou em sua mochila diversos equipamentos eletrônicos, com a intenção de subtraí-los para si. Após conseguir sair do estabelecimento sem pagar pelos produtos, João foi detido, ainda nas proximidades do local, por agentes de segurança que visualizaram trechos de sua ação pelo sistema de câmeras de vigilância. Os produtos em poder de João foram recuperados e avaliados em R\$ 1.200.

Nessa situação hipotética, caracterizou-se

- a) uma tentativa inidônea de crime de furto.
- b) um fato atípico, pela incidência do princípio da insignificância.
- c) a prática de crime de furto.

- d) uma situação de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.
- e) uma situação de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto

Questão 157: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

De acordo com o Código Penal analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

I Comete crime de injúria escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.

II Considera-se qualificado o furto cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, bem como com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

III A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

IV Comete crime de estupro quem constrange mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmação IV está correta.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

Questão 158: COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Sobre o crime de furto descrito no Art. 155 do Código Penal, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

() Tem por objeto material a coisa alheia móvel, entendendo-se por coisa qualquer substância corpórea, material, ainda que não tangível, suscetível de apreensão e transporte, incluindo os corpos gasosos, os instrumentos e os títulos, quando não

forem documentos, as árvores, os navios, as aeronaves, englobando tudo aquilo que pode ser destacado e subtraído.

() Tem como sujeito ativo qualquer pessoa, sendo considerado como qualquer pessoa até mesmo o proprietário, desde que o bem esteja na posse de terceiro. Tem como sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, titular da posse, incluída a detenção ou a propriedade.

() O elemento subjetivo do tipo é o dolo, consistente na vontade de subtrair coisa móvel. No entanto, não é necessário que a vontade abranja o elemento normativo “alheia”.

() Para tipificação do furto privilegiado, é necessária a presença de dois requisitos cumulados, ou seja, que o criminoso seja primário e que a coisa seja de pequeno valor. Sendo o réu reincidente, mesmo que a coisa seja de pequeno valor, não há a tipificação do furto privilegiado.

() Para tipificar a qualificadora “com destruição ou rompimento de obstáculo à coisa”, é necessário que a violência empregada seja não só contra o obstáculo, mas contra a coisa também.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, F, F.
- b) V, F, V, F, F.
- c) V, F, F, V, F.
- d) F, V, V, F, V.
- e) F, V, F, V, V.

Questão 159: MS CONCURSOS - Del Pol (PC PA)/PC PA/2012

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Quanto ao erro do tipo, analise as alternativas e assinale a incorreta:

a) O erro incriminador essencial escusável está previsto no Código Penal em seu art. 20, *caput*, 1ª parte e § 1º, 1ª parte. Ocorre quando, sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime, exclui o dolo. Há uma discriminante putativa isentando de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

b) O erro incriminador essencial inescusável está previsto no Código Penal, em seu art. 20, *caput*, 2ª parte e § 1º, 2ª parte. Ocorre quando o agente age de forma descuidada. Exclui o dolo, mas, não afasta a culpa. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo. Assim, o agente responderá por crime culposo, quando previsto em lei.

c) Responderá pelo delito aquele que furtar bijuteria, acreditando ser um diamante, uma vez que não haverá o reconhecimento do princípio da insignificância. Tal erro não exclui o crime porque a simples troca de objetos não impede a tipificação do delito e configuração do dolo. No erro de tipo acidental sobre o objeto, o réu não poderá ser beneficiado, pois, de qualquer forma o agente praticou ato ilícito. No exemplo mencionado, responderá perante a justiça, pelo crime descrito no art. 155, *caput*, CP. O sujeito imagina que sua conduta recairá sobre uma determinada coisa, enquanto, na verdade, recai sobre outra, mas sua vontade de furtar prevalece.

d) O erro de tipo incriminador essencial inescusável não exclui o dolo e, portanto, o agente responderá pelo crime. É aquele que vicia a vontade, mas não a exclui. O *error in persona*, contra o qual o crime é praticado, não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime. Está previsto no artigo 20, § 3º do Código Penal.

e) O erro do tipo incriminador acidental está subdividido em *error in objeto*, *error in persona*, *aberratio ictus*, *aberratio criminis* e *aberratio causae*.

Questão 160: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Considera-se famulato o furto

a) praticado em estado de extrema miserabilidade, para evitar perigo maior decorrente da ausência de alimentação, situação em que há estado de necessidade, não se incluindo no conceito, entretanto, o furto de bens supérfluos.

b) de gados pertencentes a terceira pessoa, espalhados por currais, com ânimo de assenhoramento definitivo pelo autor do crime.

c) praticado pelo empregado, aproveitando-se de tal situação, de bens pertencentes ao empregador.

d) de energia elétrica.

e) de bens de uso comum do povo, que possam ter algum valor econômico.

Questão 161: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

[A] vai ao encontro de [B], seu amigo de infância, e expõe a ele sua intenção de praticar um delito de furto de vários aparelhos eletrodomésticos em conhecida loja da capital. Durante a conversa, [A] confessa a [B] que somente não levará adiante sua intenção criminosa em razão de não possuir um local adequado para deixar os bens objeto da subtração. Nesse momento, [B], com a finalidade de ajudar o amigo de infância, oferece-lhe um barracão, cujo espaço físico seria ideal para a guarda dos bens furtados. Após essa promessa, [A] sente-se seguro e confiante para seguir com seu intento e, efetivamente,

subtrai os aparelhos eletrodomésticos e os acomoda, até serem vendidos a terceiros, no barracão oferecido por [B]. Qual o crime praticado por [B]?

- a) Furto.
- b) Receptação.
- c) Favorecimento real.
- d) Favorecimento pessoal.

Questão 162: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Sobre os crimes contra o patrimônio, é **CORRETO** afirmar:

- a) as escusas absolutórias previstas nos delitos contra o patrimônio constituem causas de isenção de pena e se comunicam no concurso de agentes.
- b) não se admite a figura da delação premiada nos crimes contra o patrimônio.
- c) o furto de uso, que se caracteriza pela subtração da coisa fungível apenas para usufruí-la momentaneamente, é fato atípico, havendo a necessidade que o agente efetue a devolução da coisa.
- d) o possuidor da coisa não pode ser sujeito ativo do crime de furto, uma vez que se encontra na posse da coisa ou exerce algum direito inerente à propriedade.

Questão 163: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

“Ariel”, com 21 anos de idade, arromba a joalheria de seu pai, “Benoir”, com 60 anos de idade, de madrugada, levando bens avaliados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Preso, após o fato, “Ariel” responderá por:

- a) crime de furto de coisa comum.
- b) crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- c) crime de apropriação indébita.
- d) nenhum crime, pois é isento de pena (imunidade penal absoluta).

Questão 164: FCC - Del Pol (PC MA)/PC MA/2006

Assunto: Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Pedro (funcionário público) convidou Paulo (comerciante) para subtraírem um computador de uma repartição pública. Paulo concordou, ignorando que Pedro é funcionário público. Ambos ingressaram na referida repartição pública e subtraíram o computador. Nesse caso,

- a) Pedro responde por peculato doloso e Paulo por furto.
- b) Pedro responde por furto e Paulo por peculato doloso.
- c) Ambos respondem por peculato doloso.
- d) Ambos respondem por furto.
- e) Pedro responde por peculato doloso e Paulo por peculato culposos.

Questão 165: CESPE - Del Pol (PC MA)/PC MA/2018

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Artur, Romualdo e José decidiram roubar um banco onde sabiam haver vigilantes armados e treinados para garantir a segurança. Com um revólver, Artur rendeu um deles e lhe tomou a pistola, enquanto seus parceiros, também com revólveres, ameaçaram os demais circunstantes e ordenaram aos caixas que juntassem o dinheiro e colocassem-no dentro de sacolas. Consumada a ação, eles correram para onde haviam deixado o carro de fuga, mas não conseguiram chegar até ele em virtude da chegada da polícia. Fingindo-se um cidadão comum, Artur conseguiu obter carona em um caminhão de entregas, livrando-se da iminente prisão em flagrante. Enquanto isso, Romualdo e José abordaram um motorista que estacionava seu carro e lhe tomaram as chaves do veículo. A vítima tentou reagir e foi abatida por dois disparos feitos por José, tendo morrido no local. Os ladrões fugiram com o automóvel, mas foram perseguidos e presos ao fim da perseguição. Horas depois, Artur também foi preso, e em seu poder foi apreendida a pistola tomada do vigilante do banco.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores.

I Configurou-se o concurso material de roubo circunstanciado e de homicídio qualificado

.

II Artur não tem nenhuma responsabilidade pela morte do motorista, visto que nem mesmo estava no local onde ocorreu o fato.

III Há crime único, de latrocínio, porque o resultado morte aconteceu como desdobramento causal da ação principal e era previsível para todos os partícipes.

IV Artur, assim como Romualdo e José, responderá por latrocínio, e sua pena não poderá ser reduzida sob o argumento de participação menos importante.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 166: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Com relação aos crimes patrimoniais, é **CORRETO** afirmar:

- a) A Lei nº 13.645/18 introduziu novas modalidades qualificadas ao crime de furto, mas excluiu o uso de armas brancas da figura majorada de roubo.
- b) O agente que, durante a prática do crime de roubo a posto de gasolina, acaba por matar o proprietário do estabelecimento e um cliente que lá se encontrava, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e o carro do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.
- c) O roubo próprio se distingue do impróprio porque, enquanto aquele pode ser praticado por qualquer pessoa, o último somente pode ser realizado por determinados agentes, não sendo crime comum.
- d) Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, a mera presença de sistema eletrônico de vigilância em estabelecimento comercial torna o crime de furto impossível mediante a absoluta ineficácia do meio.

Questão 167: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Considerando as teses sumuladas pelo Superior Tribunal de Justiça quanto aos crimes contra o patrimônio e contra a propriedade intelectual, assinale a alternativa correta.

- a) Admite-se a adoção do princípio da adequação social para tornar atípica a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas, embora comprovada a materialidade da infração.
- b) À configuração do delito de violação de direito autoral com provação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, sendo dispensável a identificação dos titulares dos direitos violados.
- c) O aumento de pena no crime de roubo circunstanciado não exige fundamentação concreta, sendo suficiente para a exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- d) A existência de sistema de vigilância eletrônica no interior de estabelecimento comercial já é suficiente para tornar impossível a consumação do crime de furto.

e) A consumação do crime de roubo não ocorre só com a inversão da posse, do bem subtraído mediante violência ou grave ameaça, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica.

Questão 168: FAPEMS - Del Pol (PC MS)/PC MS/2017

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

O crime de extorsão mediante sequestro, previsto no artigo 159 do Código Penal, é um crime complexo que conjugando bens jurídicos como liberdade e patrimônio igualmente possui a preocupação com a ofensa, a incolumidade pessoal e a própria vida da vítima nas suas formas qualificadas. Diante da hediondez do crime, visando a garantir a liberdade e salvar a vida da vítima, o § 4º do artigo 159 prevê a possibilidade de delação premiada. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Para desfrutar do benefício da delação premiada, o sujeito não pode ser autor do delito, devendo figurar como mero partícipe.
- b) A delação de que trata o § 4º do artigo 159, do Código Penal pode ser realizada em crime de extorsão mediante sequestro praticado por uma única pessoa.
- c) A delação premiada prevista no artigo 159, § 4º, do Código Penal, funciona como causa atenuante genérica de pena, com aplicação cogente.
- d) A diminuição de pena para o delator fica a cargo da discricionariedade do julgador, não sendo este obrigado a aplicá-la.
- e) A informação dada em delação deve levar à facilitação da liberdade da vítima sendo desnecessária prisão dos demais envolvidos.

Questão 169: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Na análise das classificações e dos momentos de consumação, busca-se, por meio da doutrina e da jurisprudência pátria, enquadrar consumação e tentativa nos diversos tipos penais. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) Conforme orientação atual do STJ, é imprescindível para a consumação do crime de furto com a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo, a posse mansa, pacífica e desvigiada da coisa, caso em que se deve aplicar a teoria da *ablatio*.
- b) A extorsão é considerada pelo STJ como crime material, pois se consuma no momento da obtenção da vantagem indevida.
- c) O crime de exercício ilegal da medicina, previsto no CP, por ser crime plurissubsistente, admite tentativa, desde que, iniciados os atos executórios, o agente não consiga consumá-lo por circunstâncias alheias a sua vontade.

d) Por ser crime material, o crime de corrupção de menores consuma-se no momento em que há a efetiva prova da prática do delito e a efetiva participação do inimputável na empreitada criminosa. Assim, se o adolescente possuir condenações transitadas em julgado na vara da infância e da juventude, em decorrência da prática de atos infracionais, o crime de corrupção de menores será impossível, dada a condição de inimputável do corrompido.

e) Segundo o STJ, configura crime consumado de tráfico de drogas a conduta consistente em negociar, por telefone, a aquisição de entorpecente e disponibilizar veículo para o seu transporte, ainda que o agente não receba a mercadoria, em decorrência de apreensão do material pela polícia, com o auxílio de interceptação telefônica.

Questão 170: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Aquele que com prévia intenção de vantagem patrimonial seduz outra pessoa, convidando-a à prática de ato sexual e, durante o coito, amarra a vítima ao leito, impossibilitando sua reação, a fim de que possa subtrair-lhe os pertences pessoais (dinheiro, telefone celular e automóvel), comete crime de

- a) estelionato.
- b) extorsão mediante sequestro.
- c) extorsão.
- d) roubo.
- e) furto.

Questão 171: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

O filho de João tem grave problema de saúde e precisa realizar custoso procedimento cirúrgico, que a família não tem condição de pagar. Imagine que Pedro empresta R\$ 50.000,00 a João, mas como garantia de tal dívida exige que João, de próprio punho e em documento escrito, confesse ter traído a própria esposa, bem como ter fraudado a empresa em que ambos trabalham, desviando recursos em proveito próprio. João cede à exigência a fim de obter o empréstimo. A conduta de Pedro

- a) configura constrangimento ilegal.
- b) configura extorsão indireta.
- c) configura exercício arbitrário das próprias razões.
- d) é atípica, por ausência de previsão legal.

é isenta de pena, por incidir causa supra legal que afasta a culpabilidade, qual seja, o consentimento da vítima.

Questão 172: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2014**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

De acordo com o Código Penal, a conduta conhecida como "sequestro relâmpago" (em que os agentes abordam a vítima, restringem sua liberdade, e com ela deslocam-se a caixas eletrônicos, com o intuito de fazer saques em dinheiro) enquadra-se no crime de:

- a) roubo.
- b) extorsão mediante sequestro.
- c) constrangimento ilegal.
- d) extorsão.
- e) sequestro.

Questão 173: NUCEPE - Del Pol (PC PI)/PC PI/2014**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os crimes de latrocínio, extorsão, roubo qualificado e extorsão mediante sequestro são classificados como hediondos.
- b) O crime de extorsão mediante sequestro classifica-se como crime material que se consuma quando o agente obtém a vantagem econômica exigida.
- c) No roubo o bem é retirado da vítima, enquanto que na extorsão ela própria é quem o entrega ao agente.
- d) O denominado "sequestro relâmpago" é uma modalidade de crime de extorsão cometido mediante a privação total da liberdade da vítima.
- e) As formas qualificadas do roubo não decorrem, necessariamente, do emprego da violência.

Questão 174: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Caio, desejando matar Túlio, dispara projéteis de arma de fogo contra seu desafeto. Túlio, alvejado, cai e permanece inerte no chão enquanto Caio retira-se do local. Observando a cena, Lívio aproxima-se com intenção de despojar a vítima de seus bens e, ao retirar o relógio, nota que Túlio esboça reação quando, então, Lívio utiliza uma pedra para acertar-lhe a cabeça. Túlio vem a óbito e no exame cadavérico o legista atesta que a morte ocorreu por concussão cerebral. No caso, responderão Caio e Lívio, respectivamente, por:

- a) homicídio consumado e roubo próprio.
- b) homicídio tentado e latrocínio.
- c) homicídio tentado e roubo impróprio.
- d) homicídio consumado e latrocínio.

Questão 175: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Aproveitando-se da condição de um turista que bebia em um quiosque da praia, José se apresenta como guia e o leva a diversos pontos turísticos da cidade. Posteriormente, obtendo a confiança do turista, retorna com ele ao hotel e juntos consomem bebida alcoólica.

Aproveitando-se dessa situação e contando com a ajuda do adolescente FMO, aprendiz de garçom, ministra substância entorpecente na bebida do turista, que, sem consciência, a ele entrega todo o seu dinheiro e bens que estavam no quarto.

A partir do caso exposto, José deverá responder

- a) pelo crime de extorsão (Art. 158, do CP).
- b) pelo crime de extorsão majorada pelo concurso de pessoas (Art. 158, § 1º, do CP).
- c) pelos crimes de extorsão majorada pelo concurso de pessoas (Art. 158, § 1º, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B, da Lei n. 8.069/90).
- d) pelos crimes de roubo (Art. 157, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B, da Lei n. 8.069/90).
- e) pelos crimes de roubo majorado pelo concurso de pessoas (Art. 157 § 2º, II, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B da Lei n. 8.069/90).

Questão 176: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Maria é casada com José, mas é amante de João. O casal de amantes resolve simular o sequestro de Maria para que José pague o respectivo resgate. João liga para José e anuncia o sequestro de sua esposa e cobra a quantia de 500 mil reais para que Maria seja libertada.

José, acreditando que sua esposa realmente estivesse sequestrada, até porque ela estava desaparecida há mais de 24 horas, efetua o respectivo pagamento. Meses depois, o fato é descoberto e o caso é levado à sua consideração para a devida capitulação.

A partir do exposto, assinale a afirmativa correta.

a) Maria e João deverão responder pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado por ter durado mais de 24 horas (Art. 159, § 1º, do CP).

b) João deverá responder pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado por ter durado mais de 24 horas (Art. 159, § 1º, do CP), ficando Maria isenta de pena porque o crime foi praticado contra seu esposo na constância do casamento (Art. 181, I, do CP).

c) João deverá responder pelo crime de estelionato (Art. 171 do CP), ficando Maria isenta de pena porque o crime foi praticado contra seu esposo na constância do casamento (Art. 181, I, do CP).

d) Maria e João deverão responder pelo crime de extorsão majorada (Art. 158, § 1º, do CP).

e) João deverá responder pelo crime de extorsão majorada (Art. 158, § 1º do CP), ficando Maria isenta de pena porque o crime foi praticado contra seu esposo na constância do casamento (Art. 181, I, do CP).

Questão 177: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Portando ilegalmente, exclusivamente para aquela ação, uma arma de fogo de calibre permitido, Norberto constrange um transeunte e, mediante grave ameaça, subtrai para si os seus pertences. Nesse contexto, afirma-se que:

a) o autor responde somente pelo crime de roubo, não pelo de porte de arma de fogo, pois a pena do crime patrimonial já engloba a reprovabilidade do delito previsto na lei especial, consequência da unidade fática entre ambos, aplicando-se o princípio da consunção.

b) há apenas crime de roubo, solucionando-se o caso pelo princípio da especialidade, pois o delito patrimonial, ao estabelecer a grave ameaça como meio executório, insere o porte de arma em sua estrutura típica, acrescido de elementos especializantes.

c) será o porte de arma absorvido pelo crime de roubo em virtude da substituição do dolo, característica da progressão criminosa, que

determina o reconhecimento do conflito aparente de normas.

d) aplica-se ao caso o princípio da subsidiariedade, pois nas condutas há diferentes graus de lesão à mesma objetividade jurídica, em uma relação de continente e conteúdo.

e) tutelando bens jurídicos distintos, as normas penais referentes aos crimes de porte de arma de fogo e roubo figurarão em concurso material de delitos, aplicando-se ao caso o sistema do cúmulo material das penas.

Questão 178: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Considerando os delitos contra o patrimônio, é correto afirmar que:

- a) o crime de extorsão qualificada pela restrição da liberdade de locomoção da vítima (“sequestro relâmpago”), ao contrário do *caput* do artigo 158 do Código Penal, é doutrinariamente classificado como crime de mera conduta.
- b) o crime de dano qualificado pelo motivo egoístico é de ação penal pública condicionada à representação.
- c) no caso da apropriação indébita previdenciária, é extinta a punibilidade se o agente é primário e de bons antecedentes e desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.
- d) o crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico previsto no artigo 165 do Código Penal foi revogado tacitamente pela lei de crimes ambientais – Lei nº 9.605/1998.
- e) aquele que se apropria de *res derelicta*, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, pratica crime.

Questão 179: FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2011

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Com relação aos crimes patrimoniais, é **INCORRETO** afirmar que

- a) segundo entendimento consolidado pelo STF, o crime de estelionato, quando na modalidade de fraude no pagamento, por meio de cheque, consuma-se no momento e local em que o banco sacado recusa o seu pagamento.
- b) o agente que rouba o veículo da vítima e, sem motivação alguma, a coloca no porta malas, abandonando-a em estrada de município vizinho, responde pelos crimes de roubo e sequestro, em concurso material.
- c) o agente que invade estabelecimento comercial anunciando assalto e acaba por matar o proprietário e um cliente, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e a carteira do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.
- d) agente que, após furtar, em concurso de pessoas, preciosa jóia em shopping Center, adquire a quota parte, dos demais meliantes, não responde por crime de receptação, tratando-se de *post factum* impunível.

Questão 180: CESPE - Del Pol (PC RN)/PC RN/2009

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Levando em conta as disposições do CP e a interpretação do STF, assinale a opção correta.

- a) Mostra-se pacífico nos tribunais, sobretudo no STF, que é possível, no roubo, a aplicação da causa de aumento de pena do emprego de arma, quando esta não for apreendida nem periciada.
- b) É possível a substituição de pena de réu reincidente (reincidência genérica) que for condenado por crime não violento com pena igual ou inferior a quatro anos, desde que a aludida reincidência não seja oriunda da prática do mesmo crime e a medida seja socialmente recomendável.
- c) Na hipótese chamada de roubo frustrado em que o agente subtraia coisa da vítima, mas seja, logo após, perseguido e preso em flagrante por terceira pessoa, com integral recuperação da res, ocorre crime na modalidade tentada.
- d) Nos crimes contra a administração pública, o CP não prevê nenhum requisito para a progressão de regime vinculado à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito praticado.
- e) Apenas bens públicos são objeto material do crime de peculato, não sendo possível, jamais, que esse crime atinja bens particulares.

Questão 181: FUNCAB - Del Pol (PC RO)/PC RO/2009**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Márcio, pretendendo haver para si o computador portátil de Suzana, aproxima-se desta e, apontando arma de fogo devidamente municiada, exige a entrega do objeto, sob pena de feri-la. Suzana, sentindo-se ameaçada, entrega o bem e Márcio consegue fugir de posse do objeto almejado.

A conduta descrita pode ser tipificada da seguinte forma:

- a) Márcio cometeu o crime de roubo, com a agravante do emprego de arma, em concurso formal próprio com o crime de porte de arma de fogo.
- b) Márcio cometeu o crime de roubo simples, já que não houve disparo da arma de fogo que portava.
- c) Márcio cometeu o crime de roubo qualificado pela causa de aumento de pena do emprego de arma de fogo, em concurso material com o crime de tentativa de disparo de arma de fogo.
- d) Márcio cometeu o crime de roubo circunstanciado, com aplicação da causa de aumento de pena pelo emprego da arma de fogo.
- e) Márcio cometeu o crime de roubo simples em concurso material com o crime de porte de arma de fogo.

Questão 182: IBDH - Del Pol (PC RS)/PC RS/2009**Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)**

Analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.

- a) O agente que é contratado por outrem para conduzir veículo automotor furtado para o exterior, conhecendo aquele a origem ilícita do veículo, responde por receptação dolosa, e não por furto qualificado.
- b) Um cadáver pode ser objeto material do crime de furto.
- c) São compatíveis entre si e permitem aplicação concomitante a causa de aumento de pena prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (“A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno”) e a causa de diminuição da pena prevista no § 2º do mesmo artigo (“Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”).
- d) O roubo impróprio ocorre quando o agente subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou coisa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência; o roubo próprio é a situação em que o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência ou grave ameaça contra a coisa ou a pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- e) O sujeito que subtraiu coisa alheia móvel, de forma consumada, e emprega violência contra uma pessoa para manter-se na posse da coisa subtraída, ofendendo a integridade corporal dessa pessoa, responde por furto e por lesão corporal.

Questão 183: CESPE - Del Pol (PC PB)/PC PB/2009

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Assinale a opção correta com referência aos crimes contra o patrimônio.

- a) No crime de roubo, se a arma não é apreendida e, conseqüentemente, não pode ser submetida a perícia, o autor do crime responde por roubo simples, pois, tratando-se de crime não transeunte, a prova testemunhal não supre a ausência da perícia, mesmo que tenha havido disparo da arma de fogo.
- b) A jurisprudência tem aplicado analogicamente o entendimento já consolidado quanto ao crime de furto, para fins de afastar a tipicidade do roubo de uso.
- c) Inexiste concurso material entre os delitos de quadrilha armada e o roubo qualificado pelo emprego de arma, devendo o porte ou a posse da arma de fogo ser considerado uma única vez, sob pena de bis in idem.
- d) Ocorre crime de latrocínio se, logo após a subtração da coisa pretendida, por aberratio ictus, o agente atinge seu comparsa, querendo matar a vítima.
- e) Se o agente, após subtrair os pertences da vítima com grave ameaça, obriga-a a entregar o cartão do banco e a fornecer a respectiva senha, há concurso formal entre os crimes de extorsão e roubo, pois são crimes da mesma espécie, isto é, contra o patrimônio.

Questão 184: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Um exemplo de crime complexo em sentido estrito é o de:

- a) corrupção ativa.
- b) homicídio simples.
- c) denúncia caluniosa.
- d) extorsão mediante seqüestro.

Questão 185: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2006

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

João e Maria entraram num ônibus e anunciaram um assalto. João ficou apontando a arma de fogo para os passageiros do coletivo, enquanto Maria subtraía, para ambos, os bens de quatro passageiros e do cobrador. Encerrada a empreitada, agindo com designo autônomo, João pratica ato libidinoso diverso de conjunção carnal com uma mulher que caminhava pela rua, passando a arma para Maria, que a mantinha apontada para a referida ofendida durante a realização do coito anal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) João responde por cinco roubos com duas causas de aumento de pena, na forma do concurso formal, em concurso material com o delito de atentado violento ao pudor, enquanto Maria responde apenas por cinco roubos com duas causas de aumento de pena, na forma de concurso formal.
- b) ambos respondem por um crime de roubo, agravado pelo emprego de arma e concurso de agentes.
- c) João responde por cinco roubos com duas causas de aumento de pena, na forma do concurso formal, em concurso material com o delito de atentado violento ao pudor, enquanto Maria responde apenas por cinco roubos com duas causas de aumento de pena, em continuidade delitiva.
- d) ambos respondem por cinco roubos com duas causas de aumento de pena, na forma do concurso formal, em concurso material com o delito de atentado violento ao pudor.

Questão 186: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Sobre os tipos legais de crimes praticados contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de extorsão mediante sequestro, por ser crime contra o patrimônio, exige, para sua configuração, dolo específico de obtenção de vantagem patrimonial.
- b) Não pratica crime contra o patrimônio o co-herdeiro que subtrai, para si ou para outrem, coisa comum que legitimamente detém.
- c) As penas cominadas no Código Penal, para os crimes de roubo, extorsão o e extorsão mediante sequestro, todos com resultado de lesões graves ou morte, ao serem aplicadas, são aumentadas de metade se o crime é cometido contra menor de 14 anos ou alienado ou débil mental.
- d) Pratica crime de estelionato quem suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade.
- e) O crime de roubo se caracteriza pela subtração de coisa móvel alheia com emprego de grave ameaça ou violência física à pessoa.

Questão 187: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2003

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Tício, jovem estudante de 19 anos, com o auxílio de dois amigos, planeja forçar Mélvio, seu genitor, a lhe entregar a quantia de 230 mil reais em dinheiro, mediante a ameaça de seqüestrar um de seus filhos. Ao colocarem o plano em ação, após dois dias de ameaças, um dos amigos de Tício foi identificado. Preso, ele revela os nomes dos demais participantes.

Analise o caso à luz do direito penal e marque a alternativa **CORRETA**:

- a) A autoridade policial não irá instaurar inquérito policial em desfavor de Tício, pois incorrerá em ausência de justa causa, em face da imunidade absoluta de que gozam os ascendentes e descendentes no cometimento de crimes contra o patrimônio (art. 181, inc. II, CP).
- b) Tício e seus amigos responderão, em co-autoria, pelo crime de extorsão, qualificada pela presença de duas ou mais pessoas, conforme previsto no art. 158, § 1º, CP.
- c) A autoridade policial só poderá instaurar o inquérito mediante a representação de Mélvio, pai de Tício, pois a ação penal é pública condicionada.
- d) Trata-se, no caso, de imunidade absoluta, denominada escusas absolutórias, que beneficia somente o agente descendente da vítima (Tício), respondendo os demais pela prática do crime cometido.

Questão 188: CPCON UEPB - Del Pol (PC PB)/PC PB/2003

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Uma das alternativas abaixo demonstra incorreções. Assinale-a.

a) O constrangimento ilegal ocorre quando alguém é obrigado a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda, mediante o uso de violência física ou moral (*grave ameaça*), ou após reduzida a capacidade de resistência do respectivo ofendido, pela utilização de qualquer outro meio. O sujeito ativo do crime de constrangimento ilegal é qualquer pessoa, entretanto quando se trata de funcionário público, agindo no exercício de suas funções ou em razão delas, a tipificação será diferente, a exemplos de violência arbitrária e exercício arbitrário ou abuso de poder.

b) Para a configuração do tipo base descrito no art. 135 do CP (*omissão de socorro*) é exigência legal que o agente não se exponha a risco pessoal, para tanto desconsiderados os riscos de caráter moral e patrimonial. O socorro deve ser prestado em termos de assistência ao necessitado ou de pedido de auxílio à autoridade pública.

c) Caluniar alguém é imputar-lhe mentirosamente fato definido em lei sendo crime. Difamar outrem é imputar-lhe fato ofensivo à sua reputação. Injuriar terceiro é ofender-lhe a dignidade ou o decoro. A exceção da verdade é admitida, com algumas ressalvas, relativamente à calúnia e difamação, incorrendo por impedimento legal quanto à injúria.

d) O fato de alguém, por meio de relações sexuais, expor terceiro a contágio de moléstia venérea grave, de que sabe estar contaminado, acomoda-se ao preceito do art. 130 do Código Penal (*perigo de contágio venéreo*). Ademais, se a intenção do agente era a efetiva transmissão da doença, por conseguinte devido ao tipo qualificado pelo dolo direto, não importa para a resposta penal respectiva se a vítima já estava contaminada, desde que disto não tivesse ele conhecimento.

e) Autenticamente interpretada a regra infraconstitucional do CP, furtar é o ato de alguém subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem. O roubo, por sua vez, exige o emprego de violência física ou grave ameaça contra a vítima, ou, ainda, de algum modo, a redução da possibilidade de sua resistência, nesse contexto havendo a subtração da coisa alheia, também móvel. Além do furto e do roubo, são, igualmente, variações de crimes contra o patrimônio: o roubo com morte (*latrocínio*), a extorsão, a usurpação, o dano, a apropriação indébita, o estelionato e outras fraudes e a receptação.

Questão 189: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/1998

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Na extorsão e no constrangimento ilegal, o agente emprega violência ou grave ameaça contra vítima, no sentido de que esta faça ou deixe de fazer alguma coisa. Considerando-se apenas o caso de "constrangimento ilegal". é correto afirmar que o agente

- a) não pretende obter ir,devida vantagem econômica.
- b) pretende uma finalidade específica ("com o intuito de").
- c) pretende obter vantagem econômica.
- d) não pretende vantagem moral.
- e) pretende obter vantagem pecuniária através do constrangimento.

Questão 190: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016**Assunto: Da Usurpação (arts. 161 e 162 do CP)**

Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de apropriação indébita pressupõe a posse ou detenção lícita, mas vigiada, do agente sobre coisa móvel alheia, com subsequente inversão do título da posse ou detenção.
- b) Só se configura crime de estelionato quando há prejuízo patrimonial a outrem, consistente em perder o que já se possui ou em deixar de ganhar o que é devido, não bastando a mera obtenção de uma vantagem indevida pelo agente.
- c) Ocorre alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria quando o agente vende coisa de sua propriedade, todavia inalienável, crime do qual participa o adquirente que, ciente das circunstâncias que envolvem o negócio, opta por efetivá-lo.
- d) Constitui crime de esbulho possessório o ingresso clandestino de duas pessoas em edifício alheio, com a finalidade de usurpá-lo.
- e) Praticar crime de apropriação de coisa achada aquele que se apossa de uma carteira esquecida por colega sobre a mesa por este usada no escritório em que ambos trabalham.

Questão 191: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**Assunto: Do Dano (arts. 163 a 167 do CP)**

O ordenamento penal brasileiro adotou a sistemática bipartida de infração penal — crimes e contravenções penais —, cominando suas respectivas penas, por força do princípio da legalidade. Acerca das infrações penais e suas respectivas reprimendas, assinale a opção correta.

- a) O crime de homicídio doloso praticado contra mulher é hediondo e, por conseguinte, o cumprimento da pena privativa de liberdade iniciar-se-á em regime fechado, em decorrência de expressa determinação legal.
- b) No crime de tráfico de entorpecente, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como a fixação de regime aberto, quando preenchidos os requisitos legais.
- c) Constitui crime de dano, previsto no CP, pichar edificação urbana. Nesse caso, a pena privativa de liberdade consiste em detenção de um a seis meses, que pode ser convertida em prestação de serviços à comunidade.
- d) O STJ autoriza a imposição de penas substitutivas como condição especial do regime aberto.
- e) O condenado por contravenção penal, com pena de prisão simples não superior a quinze dias, poderá cumpri-la, a depender de reincidência ou não, em regime fechado, semiaberto ou aberto, estando, em quaisquer dessas modalidades, obrigado a trabalhar.

Questão 192: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016**Assunto: Do Dano (arts. 163 a 167 do CP)**

Bráulio, inconformado com uma mensagem privada de conteúdo romântico observada no aparelho de telefonia celular de sua namorada, decide dele se apossar como vingança. Contudo, enfrenta oposição da namorada, que se posta entre o autor e o aparelho. Assim, Bráulio, para assegurar seu intento, empurra com violência a namorada contra a parede, ferindo-a levemente. Assegurando a posse do telefone, Bráulio deixa a casa da namorada, vai até um terreno baldio e, pegando uma grande pedra que ali se encontra, com ela golpeia o aparelho, de modo a torná-lo inservível, o que era sua intenção desde o início. Analisando o caso proposto, assinale a opção que corretamente realiza a subsunção do comportamento do autor à norma penal.

- a) Dano qualificado
- b) Furto e lesão corporal.
- c) Lesão corporal.
- d) Roubo
- e) Dano qualificado e lesão corporal.

Questão 193: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2006**Assunto: Da Apropriação Indébita (arts. 168 a 170 do CP)**

João pede a Raul, seu amigo de longa data, que guarde em sua casa um aparelho de som de sua propriedade até que volte de viagem. Dias após ter recebido o aparelho de boa-fé, quando João já estava viajando, como se fosse seu, Raul vende o aparelho de som para terceira pessoa.

A conduta de Raul se adequa à prática do crime de:

- a) furto.
- b) receptação.
- c) apropriação indébita.
- d) estelionato.

Questão 194: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2006**Assunto: Da Apropriação Indébita (arts. 168 a 170 do CP)**

Atendendo ao princípio de "reserva de código", o art. 168 do Código Penal sofreu alteração em seu próprio texto. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que a jurisprudência (STJ e STF) consagrou majoritariamente.

a) O art. 168-A, § 1º, Inciso I, do Código Penal (não recolhimento de contribuição previdenciária descontada dos empregados) não é uma forma específica de apropriação Indébita, não se exigindo, para a configuração de sua tipicidade, a presença do denominado *animus rem sibi habendi*.

b) o art. 168-A, § 1º, inciso 1, do Código Penal (não recolhimento de contribuição previdenciária descontada dos empregados) não é uma forma específica de apropriação indébita, sendo admitida, diante da ausência da prova do dolo, a modalidade culposa.

c) O art. 168, caput, do Código Penal (apropriação Indébita, tendo em vista a alteração que Introduziu o art. 168-A, deve ser interpretado, também, sem a exigência do *animus rem sibi habendi*.

d) É aplicável na sentença condenatória o arrependimento posterior, se, no caso de apropriação Indébita previdenciária, o agente, espontaneamente, confessou e efetuou o pagamento das contribuições e prestou as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei, antes do início da ação fiscal, sendo vedada a extinção da punibilidade.

e) No crime de apropriação indébita, o procedimento administrativo constitui condição de procedibilidade da ação penal, ou da instauração de Inquérito policial para apurar o delito.

Questão 195: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Assunto: Do Estelionato e das Outras Fraudes (arts. 171 a 179 do CP)

Com o escopo de obter indevida vantagem econômica, Jorgina adquire mercadorias em um Supermercado e efetua o pagamento com um cheque roubado, ocasião em que apresentou uma carteira de identidade falsa, eis que houve troca de fotografia, em nome do titular do cheque. O fato foi descoberto pelo caixa do estabelecimento comercial que desconfiou do nervosismo apresentado pela “cliente”.

Com base no exposto, assinale a alternativa que capitule o fato.

- a) Artigo 171, c/c 14, II, do CP (estelionato tentado), de acordo com a Súmula 17, do STJ.
- b) Artigo 304, c/c 297, do CP (uso de documento público falso), devendo o crime mais grave prevalecer sobre o crime fim de menor gravidade.
- c) Artigos 171, c/c 14, II, 297 (falsificação de documento público) e 304 (o uso de documento falso), na forma do Art. 69, (concurso material) todos do CP.
- d) Artigos 171, c/c 14, II, 304 c/c 297, na forma do Art. 70 (concurso formal), todos do CP.
- e) Artigos 171, c/c 14, II, 297 e 304 c/c 297, na forma do Art. 70 (concurso formal), todos do CP.

Questão 196: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Do Estelionato e das Outras Fraudes (arts. 171 a 179 do CP)

Walter, motoboy de uma farmácia, após receber de um cliente um cheque de R\$ 20,00, entrega ao estabelecimento a quantia em espécie, mantendo-se na posse do título. Em seguida, o adultera, modificando o valor original para R\$ 2.000,00. De posse do documento adulterado, vai até o banco para descontá-lo, mas o gerente, percebendo a fraude, liga para a Delegacia da área, alertando sobre o fato. Ao perceber a chegada da viatura, Walter deixa apressadamente a instituição financeira, abandonando, no local, o título falsificado. Nesse contexto, é correto afirmar que a conduta de Walter:

- a) configura crime de estelionato, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- b) se amolda ao tipo penal da apropriação indébita, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) é tipificada como crime de furto mediante fraude, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) caracteriza crime de falsificação de documento público, pois, havendo desistência voluntária, o autor só responde pelos atos até então praticados.
- e) é atípica, pois ocorreu a desistência voluntária e a falsidade existente resta absorvida pela finalidade patrimonial.

Questão 197: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Do Estelionato e das Outras Fraudes (arts. 171 a 179 do CP)

Analise as alternativas e assinale a correta.

- a) No crime de estelionato dois podem ser os sujeitos passivos: a pessoa induzida ou mantida em erro e terceira pessoa que sofre a lesão patrimonial.
- b) Quem mata o dono da coisa, sem poder consumir a subtração patrimonial que almejava, responde, segundo orientação predominante da jurisprudência, por homicídio simples consumado, em concurso com tentativa de roubo.
- c) Sendo o agente primário e de pequeno valor a coisa roubada, poderá o juiz substituir a pena de reclusão aplicável por detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou sujeitar o condenado somente à pena pecuniária.
- d) O crime de furto de coisa comum é de ação penal pública incondicionada.

Questão 198: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016

Assunto: Da Receptação (arts. 180 e 180-A do CP)

Considerando apenas as informações contidas nas alternativas, assinale aquela que corretamente indica uma hipótese de crime de receptação.

- a) Josefina celebra contrato de penhor, entregando uma joia ao credor pignoratício. Posteriormente, ainda na vigência do contrato, a joia é furtada por terceiro. Ciente do

furto e vislumbrando na hipótese uma forma de pagar menos para reaver seu patrimônio, Josefina procura o autor do crime patrimonial prévio e dele compra a joia furtada.

b) Ribamar, colecionador de carros antigos percebendo a falta, em lojas especializadas, de uma determinada autopeça para reposição, encomenda a Servílio a referida peça, consciente de que este, motivado pela encomenda, roubará um carro para cumprir o avençado, o que efetivamente ocorre. Assim, Ribamar ingressa na posse da peça desejada.

c) Cristóvão compra de Amílcar uma motosserra por preço irrisório, sabendo que o vendedor está dispondo do bem por preço inferior ao do mercado porque usou a ferramenta para a prática de um homicídio e quer dela se livrar.

d) Teobaldo tem seu telefone celular furtado. Para reaver o aparelho, liga para o autor do crime, passando a negociar sua entrega. Assim, concretizado o ajuste, Teobaldo paga o valor exigido, recebendo de volta o telefone.

e) Elesbão, camelô, conscientemente expõe à venda cigarros de importação proibida, os quais adquiriu de um amigo que sabe ser contrabandista.

Questão 199: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Assunto: Da Receptação (arts. 180 e 180-A do CP)

Tício ingressa na residência de Mévio e subtrai o cofre que encontra na sala, levando-o para um matagal distante.

Não conhecendo o segredo do cofre, utiliza-se de um machado para abri-lo, subtraindo as jóias que estavam em seu interior. Após abandonar o cofre violado, leva as jóias para José, um comerciante local, que efetua a compra sem se importar em apurar a origem das jóias adquiridas.

Algum tempo depois o fato é descoberto e o caso é levado à sua consideração para a devida capitulação. Tício e José deverão responder, respectivamente, por

a) furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação simples (Art. 180, do CP).

b) furto simples (Art. 155, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

c) furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

d) furto simples (Art. 155, do CP) e receptação simples (Art. 180, do CP).

e) furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação culposa (Art. 180, § 3º, do CP).

Questão 200: FUNCAB - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Assunto: Da Receptação (arts. 180 e 180-A do CP)

Manoel pediu ao pai, recém-chegado aos 50 anos, que adiantasse a sua legítima, no que não foi atendido, pois este sabia que Manoel se tornara dependente de drogas, logo dilapidaria seu patrimônio com o vício. Insatisfeito e aproveitando-se de uma viagem de seu pai, Manoel convidou Antônio e Joaquim, parceiros na utilização de “maconha”, a sacarem do poder de seu pai as joias que herdaria, pois com a venda destas lucraria mais de R\$ 1.000.000,00. Madalena, amiga de Joaquim, a seu pedido e sabendo dos propósitos dele, ensinou-o a abrir o cofre onde as joias se encontravam. Manoel, para não ser descoberto, no dia da empreitada foi para o clube, possibilitando ser visto por várias pessoas, o que lhe daria um álibi. Antônio e Joaquim dirigiram-se para a residência do pai de Manoel, local em que o primeiro abriu a porta da casa com uma gazua, o que possibilitou a Joaquim entrar e retirar as joias do cofre. Com medo de ser descoberto, posteriormente, Manoel solicitou ao seu amigo Paulo que guardasse temporariamente as joias. Após duas semanas do ocultamento das joias por Paulo, estas foram transportadas para outro Estado por Pedro, a pedido de José, primo de Manoel, sendo certo que nem Pedro, tampouco José, sabiam que as joias eram produto de crime. Já em outro Estado, as joias foram vendidas para Cláudia, que trabalhava como joalheira em sua residência, por preço vil, tendo esta percebido desde logo a origem ilícita da mercadoria. Ao tomar conhecimento do desaparecimento das joias, o pai de Manoel dirigiu-se à Delegacia de Polícia e ofereceu *notitia criminis*. Após investigação, restou provada toda empreitada delitiva. Assim:

a) Manoel, Antônio, Joaquim e Madalena são coautores do crime de furto qualificado por rompimento de obstáculo, abuso de confiança e

emprego de chave falsa, enquanto que Paulo, José, Pedro e Cláudia são coautores do crime de receptação.

b) Antônio e Joaquim, na qualidade de autores, e Madalena, figurando como cúmplice por auxílio, devem ser responsabilizados por crime de furto qualificado. Não se poderá responsabilizar Manoel, José e Pedro. Paulo pode ser condenado por favorecimento real e Cláudia por receptação qualificada.

c) Paulo poderá ser condenado pelo crime de receptação própria, enquanto Manoel é o autor intelectual do crime de furto, portanto ainda terá sua pena agravada. Antônio e Joaquim são autores diretos do crime de furto, restando unicamente a Madalena a cumplicidade material.

José pode ser condenado pelo crime de receptação imprópria, Pedro por receptação própria e Cláudia por receptação simples.

d) Madalena é cúmplice por auxílio intelectual no crime de furto, enquanto Manoel poderá ser condenado por furto com abuso de confiança, com pena agravada pelo fato do ofendido ser seu genitor. Antônio poderá ser condenado pelo crime de furto com emprego de chave falsa e Joaquim pelo crime de furto com rompimento de obstáculo. Paulo responde pelo crime de favorecimento pessoal. As condutas de José e Pedro são atípicas. Cláudia pode ser condenada pelo crime de receptação culposa.

e) Cláudia comete crime de receptação qualificada. Pedro praticou conduta atípica e José pode ser condenado por receptação dolosa imprópria. Paulo pode ser condenado por receptação dolosa própria, já Madalena, Antônio e Joaquim são autores do crime de furto qualificado e a conduta de Manoel é atípica.

Gabarito

1) C	2) C	3) C	4) C	5) C	6) B
7) B	8) B	9) B	10) A	11) E	12) C
13) A	14) E	15) D	16) D	17) D	18) E
19) E	20) D	21) D	22) B	23) B	24) C
25) B	26) B	27) D	28) C	29) B	30) D
31) D	32) B	33) D	34) B	35) A	36) E
37) B	38) A	39) C	40) B	41) A	42) D
43) A	44) B	45) D	46) C	47) B	48) A
49) D	50) A	51) B	52) D	53) E	54) A
55) A	56) B	57) D	58) A	59) D	60) D
61) A	62) B	63) E	64) E	65) D	66) E
67) B	68) D	69) B	70) A	71) C	72) C
73) D	74) D	75) E	76) B	77) E	78) E
79) D	80) B	81) D	82) C	83) B	84) E
85) D	86) B	87) D	88) E	89) C	90) B
91) A	92) C	93) C	94) B	95) E	96) B
97) A	98) C	99) B	100) C	101) A	102) D
103) C	104) B	105) D	106) B	107) D	108) C
109) E	110) D	111) B	112) D	113) C	114) D
115) D	116) A	117) E	118) C	119) D	120) A
121) A	122) C	123) C	124) E	125) A	126) B
127) B	128) C	129) B	130) D	131) A	132) D
133) C	134) B	135) B	136) D	137) D	138) A
139) C	140) E	141) C	142) C	143) C	144) C
145) E	146) E	147) E	148) D	149) C	150) D
151) E	152) E	153) D	154) C	155) B	156) C
157) C	158) C	159) D	160) C	161) A	162) D
163) B	164) A	165) C	166) A	167) B	168) E
169) E	170) D	171) B	172) D	173) C	174) B
175) E	176) D	177) A	178) D	179) C	180) B
181) D	182) D	183) D	184) D	185) D	186) E
187) B	188) D	189) A	190) B	191) B	192) E
193) C	194) A	195) D	196) A	197) A	198) A
199) B	200) B				